

Demonstrações Financeiras Intermediárias

Generali Brasil Seguros S.A.

30 de junho de 2018
com Relatório do Auditor Independente

Generali Brasil Seguros S.A.

Demonstrações financeiras

30 de junho de 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias.....	1
Demonstrações financeiras intermediárias auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração do fluxo de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	10

Senhores acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Generali Brasil Seguros submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao primeiro semestre de 2018. Este conteúdo foi confeccionado em comparação ao mesmo período de 2017 e abrange os dados do Balanço Patrimonial, da Demonstração de Resultados, da Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido, da Demonstração do Fluxo de Caixa e está acompanhado das Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes.

Perfil

A Generali Brasil Seguros, controlada 100% pelo Grupo Generali, atua com seguros de pessoas, patrimoniais e massificados. No Brasil desde 1925, a Companhia está presente em 14 Estados, somando 29 pontos de atendimento.

A Generali é um grupo italiano independente com forte presença internacional. Fundado em 1831, está entre uma das maiores companhias de seguro do mundo, presente em mais de 60 países e com faturamento acima dos € 68 bilhões em 2017. Com quase 71 mil funcionários e 57 milhões de clientes, o Grupo é líder na Europa Ocidental e, cada vez mais, ganha presença nos mercados da Europa Oriental, Central e Ásia. Em 2017, o Grupo Generali entrou no ranking das companhias mais sustentáveis no mundo pela Corporate Knights.

Estratégia Generali

O Grupo Generali busca se posicionar como uma Companhia mais simples e mais inteligente, atuando de forma rápida e trazendo inovações no âmbito tecnológico. No Brasil, a estratégia da Generali está baseada em três pilares principais:

Canais tradicionais: crescimento sustentável no mercado nacional em canais tradicionais, através de corretores estratégicos para negócios em produtos individuais e de vida.

Canais massificados: estabelecimento de alianças e parcerias-chave, por meio de canais de venda alternativos, que permitem a distribuição em massa de nossos produtos com a utilização de meios digitais.

Estratégia e novos negócios: investimento em modelos de venda que utilizam tecnologia de ponta para lançar produtos inovadores, mediante parcerias com diferentes setores de mercado.

Desempenho Econômico

No Brasil, apesar do momento de incertezas, o cenário econômico atual apresenta gradativas melhoras em relação ao ano passado. O Comitê de Política Monetária (Copom) também manteve a taxa básica de juros para 6,5% ao ano, a menor taxa desde 1996. O Conselho Monetário Nacional manteve a meta de inflação para 2019 em 4,10%, as expectativas para 2020 e 2021 situam-se em torno de 4,0%.

Na esfera política, a situação segue a espera da definição das eleições de outubro de 2018. A tendência é que até o final do ano o dólar se estabilize. Após as eleições, é esperado que o governo dê prosseguimento ao programa de reforma da previdência, que ainda enfrenta oposição no Congresso.

A perspectiva para o Brasil a médio prazo é de crescimento lento, uma vez que a economia está emergindo de uma severa recessão. A confiança dos consumidores e empresas está aumentando e o agronegócio teve aumento nos últimos anos, impulsionando o crescimento do PIB. Embora alta, a taxa de desemprego continua a diminuir, com previsão de continuar a cair gradualmente.

Agradecimento

Agradecemos a todos os segurados que nos confiaram suas conquistas, aos corretores que nos indicaram como solução a seus clientes e aos colaboradores da Generali. Agradecemos também aos acionistas pelo apoio e confiança em nossa administração e às entidades e autoridades ligadas às nossas atividades.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Ilmos. Srs.
Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Generali Brasil Seguros S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Generali Brasil Seguros S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Generali Brasil Seguros S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Roberto Martorelli
Contador CRC-1RJ106103/O-0

Generali Brasil Seguros S.A.

Balanço patrimonial
30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

	30/06/2018	31/12/2017
Ativo		
Circulante	842.724	823.123
Disponível	4.851	10.241
Caixa e equivalentes de caixa	4.851	10.241
Aplicações financeiras (Nota 5)	336.339	323.737
Quotas de fundos de investimento	335.293	323.560
Outras aplicações	1.046	177
Crédito das operações com seguros e resseguros	258.425	246.147
Prêmios a receber (Nota 6)	172.269	164.387
Operações com seguradoras	1.470	1.071
Operações com resseguradoras (Nota 7.1)	50.853	54.281
Outros créditos operacionais (Nota 11)	33.833	26.408
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas (Nota 18)	173.625	182.576
Títulos e créditos a receber	5.503	3.781
Créditos tributários e previdenciários (Nota 12)	2.553	2.152
Outros créditos	2.950	1.629
Outros valores e bens (Nota 8)	9.791	11.899
Empréstimos e depósitos compulsórios	16	15
Despesas antecipadas (Nota 9)	7.037	4.816
Custos de aquisição diferidos (Nota 10)	47.137	39.911
Não circulante	418.316	383.859
Realizável a longo prazo	171.152	147.461
Aplicações financeiras (Nota 5)	112.083	80.681
Títulos e créditos a receber	59.069	66.780
Créditos a receber	3.605	3.499
Outros créditos operacionais (Nota 11)	6.706	3.700
Outros créditos tributários e previdenciários (Nota 12)	26.555	26.555
Depósitos judiciais e fiscais (Nota 17)	22.203	33.026
Investimentos	412	412
Participações societárias	353	353
Outros investimentos	59	59
Imobilizado (Nota 13)	4.599	5.267
Imóveis de uso próprio	173	173
Bens móveis	2.434	2.930
Outras imobilizações	1.992	2.164
Intangível (Nota 14)	242.153	230.719
Outros intangíveis	242.153	230.719
Total do ativo	1.261.040	1.206.982

	30/06/2018	31/12/2017
Passivo		
Circulante	839.668	827.349
Contas a pagar	48.684	49.977
Obrigações a pagar (Nota 15)	18.186	16.545
Impostos e encargos sociais a recolher	13.470	16.596
Encargos trabalhistas	5.726	4.892
Impostos e contribuições	826	77
Outras contas a pagar	10.476	11.867
Débitos de operações com seguros e resseguros	131.685	117.998
Prêmios a restituir	655	1.647
Operações com seguradoras	5.829	2.984
Operações com resseguradoras (Nota 7.2)	63.770	63.498
Corretores de seguros e resseguros	32.552	27.313
Outros débitos operacionais	28.879	22.556
Depósitos de terceiros (Nota 16)	8.397	4.948
Provisões técnicas - seguros (Nota 18)	650.231	653.923
Danos	473.834	499.489
Pessoas	176.397	154.434
Débitos diversos	671	503
Não circulante	21.678	20.648
Contas a pagar	2.548	49
Outas contas as pagar	2.500	-
Tributos diferidos	48	49
Provisões técnicas - seguros (Nota 18)	2.070	603
Danos	2.015	575
Pessoas	55	28
Outros débitos	17.060	19.996
Provisões trabalhistas/cíveis/fiscais (Nota 17)	8.921	15.636
Débitos diversos	8.139	4.360
Patrimônio líquido (Nota 22)	399.694	358.985
Capital social	1.306.177	1.256.177
Aumento de capital em aprovação	65.000	50.000
Reserva de capital	4.795	3.285
Reserva de reavaliação	85	85
Ajustes de avaliação patrimonial	(6.922)	(321)
Prejuízos acumulados	(969.441)	(950.241)
Total do passivo e patrimônio líquido	1.261.040	1.206.982

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Generali Brasil Seguros S.A.

Demonstração do resultado
Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	30/06/2018	30/06/2017
Prêmios emitidos líquidos	323.767	241.432
Variações das provisões técnicas	(10.859)	(24.702)
Prêmios ganhos (Nota 23)	312.908	216.730
Sinistros ocorridos (Nota 23)	(198.030)	(172.180)
Custos de aquisição (Nota 25.a)	(59.139)	(32.033)
Outras despesas e receitas operacionais (Nota 25.b)	(6.074)	(7.412)
Resultado com resseguro (Nota 25.c)	(7.828)	(2.318)
Despesas administrativas (Nota 25.d)	(71.557)	(73.002)
Despesas com tributos (Nota 25.e)	(9.822)	(7.075)
Resultado financeiro (Nota 25.f)	21.056	23.030
Resultado operacional	(18.486)	(54.260)
Perda /ganho com ativos não correntes	241	(1)
Resultado antes dos impostos e participações	(18.245)	(54.261)
Participações sobre o resultado	(955)	996
Prejuízo do semestre	(19.200)	(53.265)
Quantidade de ações	3.218.811	2.267.027
Prejuízo por ação (expresso em R\$ por ação)	(7)	(23)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Generali Brasil Seguros S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Prejuízo do semestre	(19.200)	(53.265)
Outros resultados abrangentes líquidos, não reclassificados para resultado em períodos subsequentes		
Perda não realizada sobre ativos disponíveis para venda	(6.601)	-
Realização da reserva de reavaliação, líquida de impostos	-	(44)
Total do resultado abrangente do semestre	<u>(25.801)</u>	<u>(53.309)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Generali Brasil Seguros S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital social em aprovação	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Ajuste TVM	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.186.177	70.000	1.800	128	-	(877.923)	380.182
Aprovação de aumento de capital	70.000	(70.000)	-	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações (Nota 22.1)	-	-	474	-	-	-	474
Realização parcial da reserva de reavaliação, líquida de impostos	-	-	-	(44)	-	-	(44)
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	-	(53.265)	(53.265)
Saldos em 30 de junho de 2017	1.256.177	-	2.274	84	-	(931.188)	327.347
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.256.177	50.000	3.285	85	(321)	(950.241)	358.985
Aumento de capital AGE – 29/05/2018 (Nota 22.1)	-	65.000	-	-	-	-	65.000
Aprovação do aumento de capital (Nota 22.1)	50.000	(50.000)	-	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	1.510	-	-	-	1.510
Perda não realizada, líquida sobre ativos disponíveis para venda	-	-	-	-	(6.601)	-	(6.601)
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	-	(19.200)	(19.200)
Saldos em 30 de junho de 2018	1.306.177	65.000	4.795	85	(6.922)	(969.441)	399.694

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Generali Brasil Seguros S.A.

Demonstração do fluxo de caixa
Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	30/06/2018	30/06/2017
Prejuízo do semestre	(19.200)	(53.265)
Ajustes para		
Depreciação e amortização	7.778	8.403
Constituição de provisão para contingências	(6.715)	(2.892)
Ajuste na reavaliação de imobilizado	-	(44)
Perda sobre baixa de intangível e imobilizado	245	-
Constituição (reversão) de perdas por redução do valor recuperável dos ativos	(2.546)	2.678
Remuneração baseada em ações	1.510	474
	(18.931)	(44.646)
Variação nas contas patrimoniais		
Aplicações financeiras	(50.604)	46.798
Créditos das operações de seguros e resseguros	13.096	(10.272)
Ativos de resseguro	8.951	(10.377)
Créditos fiscais e previdenciários	(401)	(21)
Despesas antecipadas	(2.221)	(10.517)
Custo de aquisição diferidos	(7.226)	(2.949)
Outros ativos	680	(2.428)
Depósitos judiciais e fiscais	10.823	13.737
Outras contas a pagar	457	(1.124)
Impostos e contribuições	749	668
Débitos de operações de seguros e resseguros	(12.148)	4.480
Depósitos de terceiros	3.449	(580)
Provisões técnicas - seguros	(2.225)	19.659
Outros Passivos	3.947	-
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades operacionais	(51.604)	2.428
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(18.786)	(4.071)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(18.786)	(4.071)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	65.000	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	65.000	-
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(5.390)	(1.643)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	10.241	3.344
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	4.851	1.701

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Generali Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Generali Brasil Seguros S.A., ("Seguradora" ou "Companhia") com sede na cidade do Rio de Janeiro, controlada da Assicurazioni Generali S.p.A., grupo segurador italiano, tem por objetivo social operar com seguros de danos e pessoas, como definidos na legislação em vigor.

A Seguradora, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, finalizou o importante processo de reorganização da estrutura organizacional de forma a fortalecer os seus processos operacionais e a Governança Corporativa. A Administração da Seguradora tem um plano estruturado de melhora contínua de seus processos e serviços, bem como aumento das receitas com o objetivo de acelerar o processo de retomada da rentabilidade.

Dentro do plano de retomada da rentabilidade, ao final do ano de 2016 a Seguradora firmou parceria com o Banco BMG para a exclusividade de vendas de seguro nos seus canais de Distribuição. Esta parceria inicialmente tem duração de 20 anos. E no ano de 2017 foi firmada nova parceria com a TIM Celular S.A. para atuar como representante da Generali na venda de seguros massificados em seus canais de distribuição. Esta parceria inicialmente tem duração de oito anos, renováveis por mais dois. Para mais detalhes vide Nota 14. Também foi firmado acordo, com duração de 10 anos, com a Memorial Internacional Brasil Assistência Funerária Ltda. para prestação de serviços de gerenciamento e organização de serviços de assistência 24 horas.

No primeiro semestre de 2018 foi firmada parceria com a TEM Administradora de Cartões para venda de seguros fornecidos pela Generali, de forma exclusiva, em todo o território nacional com prazo de vigência de 20 anos.

Adicionalmente, foi firmada outra parceria com a UNIVIDA Seguros de Pessoas que tem como finalidade a estipulação de seguros de vida. Para celebração do acordo operacional as partes negociaram a migração da carteira estipulada na congênere Zurich Minas Brasil Seguros S.A. Esta parceria inicialmente vigorará por 10 anos conforme detalhado na Nota 14. Nesta operação foi firmado um acordo de cota parte com cessão de 70% à Mapfre Re do Brasil (para maiores detalhes vide nota 11).

A Companhia conta ainda com o apoio de seu acionista controlador, que vem suprindo os recursos necessários para os importantes investimentos realizados no fortalecimento de seus sistemas, processos e governança, bem como suportar o ritmo de crescimento das operações, na direção da retomada da lucratividade e mantendo os níveis de solvência adequados, de acordo com as políticas do Grupo Generali e com os requerimentos legais.

Generali Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517 de 30 de julho de 2015 e alterações, os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) - (doravante “práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP”).

A autorização para conclusão da elaboração das demonstrações financeiras foi concedida pela Administração da Seguradora em 24 de agosto de 2018.

2.2. Continuidade

A Administração avaliou a habilidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do ambiente econômico primário, ou principal, no qual a Seguradora atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras da Seguradora estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e moeda de apresentação da Seguradora.

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos ou perdas de conversão de saldos, denominados em moeda estrangeira, resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço, são reconhecidos no resultado do período.

2.4. Base para mensuração

Os valores contidos nas demonstrações financeiras são expressos em Reais (R\$), arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma, e foram elaborados de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial:

- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Generali Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.4. Base para mensuração--Continuação

- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP.

Conforme permitido pelo CPC 11 - Contratos de Seguro, a Seguradora aplicou as práticas contábeis adotadas no Brasil aos seus contratos de seguro, de acordo com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis.

Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, dentre outros, a avaliação de passivos de contratos de resseguros, a determinação do valor justo de ativos financeiros e de instrumentos financeiros, vida útil dos ativos intangíveis, o teste de perda do valor recuperável de ativos não financeiros, provisão para contingências e tributos diferidos ativos.

A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá sofrer alteração em relação ao valor estimado em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação, conforme comentado na Nota 3.

2.5. Disponível

Incluem dinheiro em caixa e saldos positivos em contas corrente, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.6. Ativos financeiros

2.6.1. Classificação

A Seguradora classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, títulos disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Generali Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.6. Ativos financeiros--Continuação

2.6.1. Classificação--Continuação

i) *Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

ii) *Títulos disponíveis para a venda*

A Seguradora classifica nesta categoria todos os ativos financeiros, não derivativos, que não sejam designados nas categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

iii) *Títulos mantidos até o vencimento;*

A Seguradora classifica nesta categoria todos os ativos financeiros, investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a entidade tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Os títulos mantidos até o vencimento conforme definidos anteriormente, são medidos pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. A Seguradora não possui nenhum título classificado como mantido até o vencimento em 30 de junho de 2018 e em 31 de dezembro de 2017.

Generali Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.6. Ativos financeiros--Continuação

2.6.1. Classificação--Continuação

iv) *Empréstimos e recebíveis*

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Seguradora compreendem "Prêmios a receber", "Ativos de resseguro", "Contas a receber" e "Demais contas a receber". Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e são avaliados para *impairment* a cada data de balanço.

2.6.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Seguradora se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado e debitados dos custos da transação à demonstração do resultado para todos os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Seguradora tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas e despesas financeiras" no período em que ocorrem.

A Seguradora avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado (*impaired*).

Generali Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.6. Ativos financeiros--Continuação

2.6.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4. Impairment de ativos financeiros

i) *Ativos negociados ao custo amortizado*

A Seguradora avalia semestralmente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios utilizados pela Seguradora para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem, mas não se limitam a:

- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador.
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento de juros ou principal.
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.
- Dados indicando que há redução mensurável nos fluxos futuros de caixa estimados com base na carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial, incluindo: (a) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; (b) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos da carteira.

Generali Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.6. Ativos financeiros--Continuação

2.6.4. Impairment de ativos financeiros--Continuação

i) *Ativos negociados ao custo amortizado*--Continuação

A Seguradora avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

A provisão para redução do valor recuperável sobre prêmios a receber é constituída com base em estudo técnico pela área atuarial que leva em consideração o histórico de perdas e os riscos de inadimplência da Companhia aplicados a percentuais estipulados. Para os créditos a receber com resseguradores, a provisão para redução ao valor recuperável é constituída com base em estudo técnico pela área atuarial que leva em consideração o histórico de recuperações e os riscos de inadimplência das contrapartes aplicados a percentuais estipulados, conforme descrito em Nota Técnica Atuarial.

2.7. Ativos relacionados a resseguros

O Objetivo do resseguro é otimizar o uso do capital cedendo parte do risco de subscrição a contrapartes selecionadas e pré-aprovadas pela Matriz, respeitando o limite de retenção justo a SUSEP. Nessa operação, a seguradora objetiva diminuir suas responsabilidades na aceitação de um risco considerado excessivo ou perigoso, e cede a outro uma parte da responsabilidade e do prêmio recebido.

Tecnicamente, o resseguro é um contrato que equilibra e dá solvência aos seguradores e evita, através da diluição dos riscos que haja quebra de seguradoras no caso de excesso de sinistralidade, como ocorrência de grandes tragédias ou de catástrofes, garantindo assim o pagamento das indenizações aos segurados. Em alguns casos, por força de contrato ou regulação, o resseguro passa a ser obrigatório.

Generali Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.7. Ativos relacionados a resseguros--Continuação

Os passivos de seguros relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência do contrato de resseguro não exime as obrigações com os segurados. Já os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios acordado entre as partes em detrimento da capacidade de resseguro cedida pelos resseguradores à Generali.

Os ativos de resseguro representam os valores a receber das contrapartes (resseguradores) e são calculados considerando seus respectivos percentuais de participação em cada contrato de resseguro podendo este ser automático proporcional, não proporcional ou facultativo. Esses ativos são devidamente associados com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro.

Os ativos relacionados a resseguros são constantemente atualizados à medida que são feitos pagamentos a segurados e/ou exista movimentações nas reservas e submetidos a teste de *impairment*, sendo ajustados ao seu valor recuperável quando existe indício de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados.

Em 2017 a Companhia alterou a metodologia de cálculo da redução ao valor recuperável considerando um estudo que leva em consideração as perdas históricas com ativos de resseguro. Tal mudança foi tratada como mudança de estimativa e tratada prospectivamente. A Companhia vem avaliando periodicamente a metodologia aplicada, sem alterações para o semestre findo em 30 de junho de 2018.

2.8. Teste de adequação do passivo

Conforme requerido pelo pronunciamento CPC 11 - Contratos de Seguro, em cada data de balanço, a Companhia elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data-base do teste, o qual deverá avaliar as obrigações decorrentes de contratos e certificados de seguros durante o período de vigência das apólices e o término de cobertura dos contratos vigentes.

O teste tem por finalidade verificar se os passivos relacionados aos contratos de seguro estão adequados e caso o resultado do teste aponte alguma insuficiência, esta deverá ser reconhecida diretamente no resultado mediante ajuste nos valores contabilizados de provisões técnicas.

Generali Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.8. Teste de adequação do passivo--Continuação

A metodologia de cálculo considera a projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alocáveis relacionadas aos sinistros e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros. Para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados, a Seguradora utilizou estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definidas pela SUSEP. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, PDR, IBNR e IBNeR. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer, incluindo as despesas administrativas foi comparado à soma das provisões técnicas PPNG e PPNG-RVNE. Para a projeção da sinistralidade dos sinistros a ocorrer, foi considerada a melhor estimativa da série histórica compreendida entre o último mês e até os últimos 36 meses de análise. Os contratos e certificados relativos aos ramos DPVAT e SFH/SH não foram objetos de análise, conforme previsto na Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações.

As regras e os procedimentos para a elaboração do teste de adequação do passivo foram instituídos pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações.

O teste de adequação dos passivos de 30 de junho de 2018 indicou que as provisões constituídas nesta data-base, eram suficientes para garantir o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorriam do cumprimento dos contratos de seguro descontados pela relevante estrutura a termo da taxa de juros livre de risco, não havendo necessidade de constituição da Provisão Complementar de Cobertura (PCC), revertendo o montante de R\$5.348, bruta de resseguro e R\$1.872, líquida de resseguro apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

2.9. Intangível

O ativo intangível é representado por gastos com implantação de sistemas operacionais para melhoria de processos e pelos investimentos em aquisições de direitos de uso de canais de distribuição ou de carteiras de longa duração conforme nova estratégia da Companhia em investir em canais massificados. Os gastos associados à manutenção de sistemas são reconhecidos como despesa na medida em que são incorridos. Os gastos associados a sistemas identificáveis e únicos, controlados pela Seguradora, que gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Generali Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.9. Intangível--Continuação

Os custos com desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada (vida útil definida), não superior a cinco anos e são alocados às suas respectivas unidades geradoras de caixa e avaliados para *impairment* periodicamente pela Seguradora. Os custos com o direito de uso dos canais de distribuição ou de carteiras de longa duração são amortizados de forma linear durante o período dos respectivos contratos ou proporcionalmente à produção, quando essa for a melhor forma de correlacionar a receita com consumo dos benefícios econômicos futuros, em linha com pronunciamento contábil CPC 04 (R1) - Ativo Intangível.

2.10. Custos de aquisição diferidos

As despesas de comercialização diferidas são constituídas pelas parcelas dos custos relacionados à corretagem de seguro na aquisição de contratos de seguros, cujo período do risco ainda não decorreu, sendo apropriadas ao resultado conforme a vigência decorrida. O prazo médio de diferimento é de 12 meses em linha com a composição predominante dos negócios da Companhia que tem vigência anual, com concentração na carteira de automóveis.

2.11. Salvados

A Companhia detém certos ativos que são mantidos para a venda, oriundos de estoques de salvados recuperados após o pagamento de sinistros aos segurados e aos seus reclamantes. Esses ativos são avaliados ao valor justo, deduzido de custos diretamente relacionados à venda do ativo e que são considerados necessários para que a titularidade do ativo seja transferida para terceiros. A provisão para redução do valor recuperável de salvados é constituída, quando necessário, em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos salvados, considerando os riscos envolvidos.

2.12. Imobilizado

O ativo imobilizado compreende imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios. O imobilizado de uso, em geral, é demonstrado ao custo histórico. Os imóveis (terrenos e edificações) são demonstrados ao custo histórico reavaliado até 31 de dezembro de 2004, com base em laudos de peritos independentes e a última registrada em 2004. Com a edição da Lei nº 11.638/07 não serão efetuadas novas reavaliações.

Generali Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.12. Imobilizado--Continuação

O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados ao item do ativo irão fluir para a Seguradora e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Taxa de depreciação (a.a.)	Anos
Edificações	2,5%	40
Equipamentos de informática	20%	5
Móveis, máquinas e utensílios	10%	10
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	5
Outras imobilizações	20%	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, a cada data de balanço.

2.13. Impairment de ativos não financeiros

Ativos não financeiros (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados para *impairment* quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado do período pela diferença entre o valor contábil e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos). Para fins de testes de *impairment* de ativos não financeiros, os ativos são agrupados no menor nível para o qual a Seguradora consegue identificar fluxos de caixa individuais gerados dos ativos, definidos como Unidades Geradoras de Caixa (CGUs).

Generali Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.14. Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias e depósitos judiciais

A Seguradora reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade contratual) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida, a Seguradora não reconhece a provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a esse valor é material.

A Seguradora constitui provisões para desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados como descrito a seguir:

2.14.1. Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento.

2.14.2. Passivos contingentes

Segundo o CPC 25, uma provisão contingente de natureza trabalhista, cível e tributária é reconhecida quando existe uma obrigação presente (legal ou contratual) como resultado de evento passado, cujo valor tenha sido estimado com segurança e que seja provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece a provisão. As ações são classificadas de acordo com as perspectivas de perda da Seguradora em "provável", "possível" ou "remota".

Generali Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.14. Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias e depósitos judiciais--Continuação

2.14.2. Passivos contingentes--Continuação

Como as causas dessa natureza não possuem data de vencimento, podendo ser executadas ou feitos acordos judiciais a qualquer tempo (neste último caso, não incluídas as ações tributárias), a Administração adota como política, de forma consistente ao longo dos anos, a classificação dessa provisão no passivo não circulante.

No que se refere às ações de naturezas trabalhista, tributária e cível não ligadas a sinistros, apenas as ações com prognóstico de perda "provável" são objeto de provisionamento integral do valor em risco, no passivo não circulante.

2.14.3. Obrigações legais, fiscais e previdenciárias

Decorrem de processos relativos a tais matérias cujo objeto de contestação seja sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

2.15. Provisões técnicas - seguros e resseguros

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros são constituídas de acordo com as determinações da Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015 e alterações, e com a Circular SUSEP nº 517 de 30 de julho de 2015 e alterações, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA):

2.15.1. Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)

A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo. Esta provisão é obtida a partir da parcela de prêmios de seguro correspondente ao período de risco ainda não decorrido, calculado com base no critério *pro rata die* para todos os ramos de seguros. A Seguradora adota a redução dos custos iniciais de contratação do prêmio-base de cálculo da PPNG. Este processo encontra-se em run-off até 31 de dezembro de 2018.

Generali Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.15. Provisões técnicas - seguros e resseguros--Continuação

2.15.2. Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE)

A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada com base em estudo técnico atuarial, cuja metodologia de cálculo encontra-se escrita em nota técnica atuarial definida pelo atuário responsável da Seguradora, em consonância com a Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações, e Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações.

2.15.3. Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) deve ser constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, decorrentes do valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP).

2.15.4. Provisão de Excedentes Técnicos (PET)

A Provisão de Excedentes Técnicos (PET) é constituída para os contratos que possuem a previsão contratual de distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico de apólice.

2.15.5. Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

i) *Processos administrativos*

É constituída, caso a caso, para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos aos pagamentos dos sinistros avisados, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido.

A provisão contempla, quando necessário, os ajustes de IBNER para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final ou quando ocorrer algum fato que impeça a baixa dos sinistros de forma individualizada e tempestiva no sistema operacional da Companhia.

Generali Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.15. Provisões técnicas - seguros e resseguros--Continuação

2.15.5. Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)--Continuação

ii) *Processos judiciais*

É estimada a partir da análise do departamento jurídico da Seguradora ao receber a citação de um novo processo, avaliando-se a probabilidade de perda e o valor máximo de responsabilidade, considerando-se na análise, o pedido do autor, os subsídios técnicos, as provas, o capital segurado e a jurisprudência.

A Seguradora adota o critério de contabilização das provisões referente aos processos de sinistros, calculando com base em dados históricos, o percentual de perdas inicialmente classificadas como prováveis, possíveis e remotas, que a Companhia acaba por efetuar algum pagamento.

Tais percentuais foram atualizados em 31 de dezembro de 2017. O resultado desse estudo indicou as seguintes perdas históricas, utilizadas no provisionamento em 30 de junho de 2018.

Perda provável	75% do valor em risco
Perda possível	50% do valor em risco
Perda remota	15% do valor em risco

Como as causas dessa natureza não possuem data de vencimento, podendo ser executadas ou feitos acordos judiciais a qualquer tempo (neste último caso, não incluídas as ações tributárias), a Administração adota como política, de forma consistente ao longo dos anos, a classificação dessa provisão no passivo circulante.

iii) *Salvados e/ou ressarcimentos*

A PSL para salvados e/ou ressarcimentos é constituída, caso a caso, para a expectativa de venda do salvado e/ou recuperação do ressarcimento, conforme o valor apurado na data do registro do salvado e/ou ressarcimento, até a sua respectiva liquidação total.

Generali Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.15. Provisões técnicas - seguros e resseguros--Continuação

2.15.6. Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER)

i) *Ajustes decorrentes de IBNER*

Contempla os ajustes de IBNER, para os sinistros avisados e ainda não pagos, quando necessário, em decorrência da adequação da provisão até a respectiva liquidação final, conforme descrito na nota técnica atuarial de IBNER.

A provisão contempla os ajustes de IBNER (Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados) para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final.

A Companhia atualizou em 2017 a metodologia de cálculo para estimativa da provisão de IBNER, com base na estimativa dos sinistros ocorridos e não pagos (IBNP), subtraindo o saldo da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) e o saldo da provisão de Sinistros ocorridos e não avisados (IBNR). Para a apuração do IBNP a Companhia utiliza o método dos triângulos de *run-off*, que considera o desenvolvimento histórico dos sinistros para estabelecer a projeção futura destes sinistros por períodos de ocorrência.

A provisão é calculada de acordo com os métodos atuariais previstos em nota técnica atuarial.

2.15.7. Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)

A provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido. A provisão é calculada de acordo com os métodos atuariais previstos em nota técnica atuarial e contempla estimativa para os valores relativos a indenizações e despesas, considerando os sinistros administrativos e judiciais.

A Companhia alterou a metodologia de cálculo em 2017 para estimativa da provisão dos sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), com base no método dos triângulos de *run-off*, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros reportados para estabelecer a projeção futura destes sinistros por períodos de ocorrência.

Generali Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.15. Provisões técnicas - seguros e resseguros--Continuação

2.15.7. Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)--Continuação

A expectativa de recebimento de salvados e ressarcimentos deve ser apurada com base em metodologia definida em nota técnica atuarial e registrada como ajuste de salvados e ressarcidos na provisão de IBNR.

2.15.8. Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)

A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros contemplando as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro e também despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada.

2.15.9. DPVAT

As operações do seguro DPVAT, incluindo as respectivas provisões técnicas, são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

2.16. Capital social

As ações ordinárias emitidas pela Seguradora são classificadas como um componente do patrimônio líquido, quando a Seguradora não possuir a obrigação de transferir caixa ou outros ativos para terceiros. Custos adicionais, diretamente atribuíveis à emissão das ações próprias são registrados no patrimônio líquido, deduzidos dos recursos recebidos.

O montante total do capital pertencente aos acionistas domiciliados no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil.

De acordo com as disposições estatutárias, cada ação corresponde a um voto nas Assembleias Gerais.

Generali Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.17. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência e inclui:

- Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização, contabilizados por ocasião da vigência do risco, fatura ou por estimativa nos casos em que o risco coberto somente é conhecido após o decurso do período de cobertura ou a emissão de apólice, o que ocorrer antes, são reconhecidos nas contas de resultado pelo valor proporcional ao prazo de vigência da apólice. O Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) a recolher incidente sobre os prêmios a receber é registrado no passivo da Seguradora e é retido e recolhido simultaneamente ao recebimento do prêmio, não afetando o resultado.
- As receitas e despesas decorrentes de operações de seguros do ramo DPVAT são contabilizadas com base nos informes recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT.
- A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do semestre, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido, como resultado de perda por *impairment*, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado.
- Os juros cobrados sobre os prêmios fracionados são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros.

2.18. Principais tributos

As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente.

3. Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de alto grau de julgamento da Administração na utilização de determinadas políticas contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que venham a requerer um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou do passivo a serem afetados em períodos futuros.

Generali Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

3. Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis--Continuação

No processo de aplicação das práticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos, além daqueles que envolveram estimativas e premissas, que tiveram os principais efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

a) Provisões técnicas

As provisões técnicas foram constituídas de acordo com as determinações da Circular SUSEP nº 517/15 e alterações, e da Resolução CNSP nº 321/15 e alterações, com base em premissas, critérios e metodologias em conformidade com as melhores práticas do mercado de seguros, e documentadas em Notas Técnicas Atuariais (NTA).

Em relação à provisão de sinistros a liquidar (PSL), a constituição é realizada com base na estimativa de pagamentos para a liquidação de sinistros avisados até a data do balanço, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguros e líquidos das recuperações de cosseguro cedidos, abrangendo os valores relativos a indenizações e incluindo atualizações monetárias e juros. Já a provisão de IBNR é constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data do balanço, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguros e líquidos das recuperações de cosseguro cedidos.

A constituição da provisão de IBNR é realizada com base na metodologia de sinistros ocorridos e ainda não pagos (IBNP) subtraindo-se o saldo da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) na data-base do cálculo. A apuração do IBNP é realizada pela estimativa dos valores finais de sinistros já ocorridos e ainda não pagos, através da metodologia de Chain Ladder, utilizando técnicas atuariais de triângulos de *run-off* trimestrais, que consideram o desenvolvimento dos sinistros ocorridos na Companhia nos últimos 12 anos (entre 2007 e 2018). A principal premissa considerada pelas referidas técnicas é a de que a experiência passada sobre o desenvolvimento dos sinistros da Companhia pode ser utilizada para projetar valores finais dos sinistros ocorridos em períodos mais recentes e ainda não totalmente desenvolvidos.

A provisão de prêmios não ganhos dos riscos vigentes e emitidos (PPNG-RVE) é constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo. A provisão é calculada "*pro rata die*", com base no valor do prêmio comercial, bruto das operações de cosseguro aceito e de resseguro e líquido das operações de cosseguro cedido e da parcela do prêmio definida como receita destinada à recuperação dos custos iniciais de contratação. Já a provisão de prêmios não ganhos de riscos vigentes mas não emitidos (PPNG-RVNE) corresponde a uma parcela estimada da PPNG referente a riscos cuja vigência já tenha se iniciado, mas cuja emissão ainda não tenha ocorrido. A PPNG-RVNE foi estimada com base em metodologia envolvendo a construção de triângulos de *run-off* mensais, compreendendo período de 24 meses de histórico. Os triângulos foram elaborados com base no intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices.

Generali Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

3. Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis--Continuação

b) Vida útil dos ativos imobilizado e intangível

A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

c) Provisão para recuperação de ativos de seguros, resseguros e cosseguros

Essas provisões são fundamentadas em análise do histórico de perdas monitorado pela Administração, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos valores a receber relativos a operações com seguros e cosseguros.

Referente aos sinistros pagos a recuperar à Generali para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Generali elaborou um estudo com base no histórico de perdas monitorado pela Administração, sendo a partir desta data, constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos valores pagos a recuperar com resseguradores. Anteriormente a 31 de dezembro de 2017, tal redução ao valor recuperável levava em consideração valores a receber de resseguro vencidos há mais de 180 dias conforme permitido pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações.

d) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Generali Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

3. Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis--Continuação

e) Provisões para contingências

A Seguradora está sujeita a reivindicações legais (cíveis, trabalhistas e tributárias) cobrindo assuntos que advêm do curso normal das atividades de seus negócios, sendo que a avaliação dos riscos envolvidos engloba considerável julgamento por parte da Administração. Tal procedimento é necessário tendo em vista ser provável que, como resultado de um acontecimento passado, uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências apresentadas, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos Tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de Tribunais. Os resultados reais podem ser diferentes das estimativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Seguradora revisa suas estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

f) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Seguradora

O IFRS 9 - Instrumentos financeiros foi emitido em novembro de 2009, e é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. Conforme ata de reunião da Comissão Contábil da SUSEP de 25 de janeiro de 2018 a discussão sobre esse pronunciamento será realizada ao longo desse ano na Comissão contábil da SUSEP (CCS), a fim de avaliar a forma de adoção pelo mercado supervisionado. Foi destacado que o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) adicionou ao cabeçalho do CPC 38 um aviso alertando que o pronunciamento continua válido enquanto sua revogação não for determinada pelo órgão regulador.

Generali Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

3. Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis--Continuação

- f) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Seguradora--Continuação

A IFRS 16 - “*Leasing*”, emitida em janeiro de 2016, estabelece que todos os arrendamentos serão reconhecidos no balanço patrimonial do arrendatário, sendo registrado um passivo para pagamentos futuros e um ativo intangível para o direito de uso. A definição de arrendamento abrange todos os contratos que dão direito ao uso e controle de um ativo identificável, incluindo contratos de locação e, potencialmente, alguns componentes de contratos de prestação de serviços. A nova norma passa a vigorar por períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

O IFRS 17 - Contratos de Seguros foi emitido em maio de 2017 e estabelece princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos. A IFRS 17 é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo permitida a aplicação antecipada.

A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e a Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada. Não há outras normas IFRS ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

4. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as operações, para alcançar o sucesso organizacional. Seu principal objetivo é identificar a probabilidade e o impacto de eventos prejudiciais à Companhia e definir um plano de ação para mitigá-los e/ou eliminá-los. Desta forma, contribui para as áreas de negócios no planejamento das atividades, em benefício dos acionistas e da Seguradora.

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado na sua estrutura de controles internos e compliance no que tange a regulamentos, normas e políticas internas. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração. O gerenciamento proativo, aliado à identificação de forças e fraquezas, visa aumentar a probabilidade e o impacto dos eventos positivos (oportunidades) e reduzir a probabilidade e o impacto dos eventos negativos (ameaças).

Generali Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

4. Estrutura de gerenciamento de riscos--Continuação

São aplicados os conceitos de governança corporativa em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e aperfeiçoar o valor econômico da organização, contribuindo para a qualidade da sua gestão, longevidade e proteção dos stakeholders, a exemplo de acionistas, investidores, clientes, empregados, fornecedores, etc. Assim, agrega valor à empresa e contribui para sua sustentabilidade, envolvendo e valorizando aspectos voltados à transparência, equidade de tratamento dos acionistas e prestação de contas.

Nesse contexto, o processo de gerenciamento de riscos da Seguradora conta com a participação de todas as camadas abrangendo desde a alta administração até as diversas áreas de negócios e produtos, além de contar com o apoio da estrutura de controles internos e compliance da Seguradora.

A estrutura do processo de gerenciamento de riscos da Seguradora permite que os riscos de seguro, crédito, liquidez e mercado sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

Em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos ofertados, as atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos são aprimoradas continuamente, buscando as melhores práticas do mercado utilizadas nacional e internacionalmente, adaptadas à realidade da Seguradora no Brasil.

4.1. Risco de seguro

O gerenciamento de risco de seguro é um aspecto crítico no negócio. Para uma proporção significativa dos contratos de seguro de ramos elementares e vida, o fluxo de caixa está vinculado, direta ou indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos.

A teoria de probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento das operações de seguros. O principal risco é que a frequência ou severidade de sinistros/benefícios seja maior do que o estimado. O risco de seguro geral inclui a possibilidade razoável de perda significativa devido à incerteza na frequência da ocorrência dos incidentes segurados bem como na gravidade das reclamações resultantes.

Para efeito de testes de sensibilidade, foram utilizadas as premissas de 10% de aumento/redução na sinistralidade. Seguem os efeitos:

Variáveis	Premissas	Resultado após agravo/redução R\$	Efeito no resultado %	Efeito no PL %
Sinistralidade global	Agravo de 10%	(50.493)	-163%	-8%
Sinistralidade global	Redução de 10%	12.089	163%	8%

Generali Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

4. Estrutura de gerenciamento de riscos--Continuação

4.1. Risco de seguro--Continuação

4.1.1. Estratégia de subscrição

A Seguradora tem todas as suas políticas de subscrição descritas em manuais técnico operacionais dos diversos produtos. Eles estabelecem os critérios de subscrição, de precificação, de enquadramento e classificação dos riscos e os chamados guidelines. Tais manuais, além de ser um instrumento de trabalho dos subscritores, estão disponíveis a qualquer funcionário da Seguradora na intranet, podendo ser consultados a qualquer momento por qualquer um.

Um checklist e uma série de requisitos são exigidos para a avaliação de cada tipo de risco, respeitando-se as características de cada um. Se requisitos importantes de qualificação e que possam permitir a melhor análise e classificação do risco não são atendidos, o risco deverá ser recusado.

Além das características intrínsecas ao risco que se quer segurar, são avaliadas as experiências pretéritas do risco e de seus gestores. A qualidade na gestão e proteção do risco e a situação econômico-financeira são também analisadas e assumem maior ou menor peso, de acordo com o tipo do risco, o segmento inserido e o montante a segurar.

A precificação é um importante requisito para uma correta subscrição, de modo a garantir o equilíbrio atuarial da Seguradora e que cumprirá todos os seus compromissos com os Segurados. Entretanto, a precificação, por si só, ainda que aparentemente adequada e atuarialmente sustentável, pode não ser suficiente para a garantia da saúde financeira da Seguradora. Neste contexto, a correta análise e diagnóstico do risco e sua adequada classificação, considerados os seus aspectos como o potencial de causar danos ou de ser consumido em decorrência de eventos futuros e incertos não são menos importantes.

4.1.2. Estratégia de resseguro

O objetivo do resseguro é otimizar o uso do capital de risco cedendo parte do risco de subscrição a contrapartes selecionadas, minimizando, ao mesmo tempo, o risco de crédito associado a tal operação.

Generali Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

4. Estrutura de gerenciamento de riscos--Continuação

4.1. Risco de seguro--Continuação

4.1.2. Estratégia de resseguro--Continuação

Visto que a segurança é um requisito de fundamental importância em qualquer transação de transferência de riscos, o risco de crédito da contraparte é um tópico-chave de resseguro e o Resseguro do Grupo instrui o uso de resseguradoras preferenciais, com as quais o Grupo mantém uma relação geral ampla e que possuem bons registros de desempenho satisfatório em termos de qualidade de serviços e pagamento de perdas. Esses resseguradores são constantemente reavaliados pela Matriz e o seu rating é considerado para que a Generali defina as capacidades de cada ressegurador por linha de negócio.

Os contratos de resseguro, sejam eles proporcionais, não proporcionais e/ou facultativos são revisados e renovados anualmente de forma que a área de resseguro consiga avaliar o resultado do contrato e as possíveis alterações nos termos e condições com o objetivo de atender às necessidades de cada área de negócio, mas sempre mantendo a retenção da Seguradora em níveis autorizados pela Superintendência.

Os contratos facultativos são utilizados somente quando existe a necessidade de capacidade adicional ao contrato automático de forma a obter uma participação na apólice original.

4.1.3. Gerenciamento de riscos por segmento de negócios

O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento, quais sejam: (a) análises de sensibilidade; (b) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros); e (c) casamento de ativos e passivos. Além disso, o teste de adequação do passivo é realizado, anualmente, com o objetivo de averiguar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas.

Os principais segmentos de gestão de riscos de seguro estão estruturados entre os ramos de atuação da Seguradora, conforme descrito na Nota 22.

Generali Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

4. Estrutura de gerenciamento de riscos--Continuação

4.2. Riscos de seguros gerais

O risco de seguros gerais inclui a possibilidade razoável de perdas significativas devido à incerteza na frequência da ocorrência dos eventos segurados, bem como na gravidade dos eventos resultantes, sinistros imprevistos resultantes de um risco isolado, precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos, políticas de resseguro ou técnicas de transferência de riscos inadequadas, como também provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas.

Os departamentos técnicos da Seguradora monitoram e avaliam a exposição de risco sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição, tratamento de sinistros, resseguro e provisões técnicas de seguros e resseguros.

Os departamentos técnicos desenvolveram mecanismos que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas.

Há monitoramento e reação de forma tempestiva às mudanças nos ambientes econômicos e comerciais, assegurando um alto padrão de análise e aceitação de riscos.

Visão geral das principais linhas do grupo de negócio:

4.2.1. Seguros de pessoas

A Seguradora opera com apólices coletivas destinadas, principalmente, a cobrir os empregados e dirigentes de empresas, sendo seu maior foco os grupos de relação entre empregado e empregador. A Seguradora tem como alvo as pequenas e médias empresas, além do segmento de empresas multinacionais, aproveitando a rede mundial da Generali, conhecida mundialmente por "*Generali Employee Benefits*" (GEB).

Outras operações significativas no Ramo de Pessoas são as apólices coletivas de seguro e bilhetes prestamista destinadas aos clientes dos parceiros dos canais massificados.

As principais coberturas oferecidas são morte, morte acidental, invalidez por acidente e invalidez funcional por doença, cabendo destaque para o pós vida, seguro que garante a realização dos serviços funerários, sem a necessidade de desembolso por parte dos beneficiários do segurado. Trata-se de produto de alto valor agregado. Outros serviços de assistência são ainda agregados ao seguro de vida de acordo com a opção do contratante.

Generali Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

4. Estrutura de gerenciamento de riscos--Continuação

4.2. Riscos de seguros gerais--Continuação

4.2.2. Seguro de automóvel

A Seguradora opera nos ramos de Automóvel, Responsabilidade Civil Facultativa (RCF) e Acidentes Pessoais Passageiros (APP). Atualmente, tem sede na cidade do Rio de Janeiro, com sucursais e escritórios nas principais cidades do Brasil.

A Seguradora disponibiliza a comercialização dos seus produtos para pessoas físicas e jurídicas, esta última concentrada na modalidade de frotas. É disponibilizada a contratação para veículos de passeio, picapes e caminhões.

Quanto à gestão de riscos, adota-se mecanismos que possibilitam uma melhor aceitação, proporcionando uma carteira saudável com mais segurança e visando à maximização da rentabilidade para seus administradores.

Partindo desta premissa, busca-se sanear a carteira, adotando políticas de subscrição mais rigorosas, além de automatizar a análise e aceitação do risco através de árvore de decisão que permite padronizar os processos que envolvam o gerenciamento do risco. O sistema corporativo está parametrizado para consultas a bases externas, que possibilitam um conhecimento mais detalhado do risco em análise, dentro da política de aceitação, com intuito de maximizar o retorno para a Seguradora.

Além disso, a Seguradora estabelece como pilares estatísticos e atuariais, premissas como a utilização de bases de dados internos e externos disponibilizados pelo mercado para determinação de um modelo de custo, considerando as frequências e os danos médios de sinistros por naturezas, sustentando a construção de prêmios comerciais com intuito de obtenção de um equilíbrio econômico-financeiro para a carteira de automóveis.

Cabe ressaltar que a Seguradora adota rotinas de testes de aderência do modelo para avaliar os impactos nos resultados, seguindo uma metodologia de simulação da carteira a valor presente objetivando diagnósticos de correções tarifárias e projeções.

Generali Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

4. Estrutura de gerenciamento de riscos--Continuação

4.2. Riscos de seguros gerais--Continuação

4.2.3. Seguro de ramos elementares--Continuação

4.2.3.1. *Multirriscos/riscos nomeados e operacionais*

A Seguradora oferece um leque de produtos denominados Multirriscos ou Riscos Nomeados/Operacionais, que obedecem a tarifas próprias conforme o segmento de atuação de cada segurado. Dentro do conceito multirriscos, cada respectivo produto é composto das mais variadas coberturas voltadas para o atendimento das necessidades de proteção dos segurados frente aos mais variados tipos de risco. Trata-se de um leque de coberturas onde o cliente opta por aquelas de sua escolha (sendo a básica uma conjugação de Incêndio/Queda de Raio/Explosão/Queda de Aeronaves) estipulando seus respectivos Limites Máximos de Indenização (LMI), que correspondem ao valor máximo a ser indenizado para a reposição de seus bens. Conforme o tipo de cobertura, os produtos preveem limites máximos de LMI a serem contratados, que definem o nível máximo de exposição que se pretende assumir, além de franquias próprias que visam uma coparticipação do segurado nos respectivos prejuízos indenizáveis na ocasião de sinistros. Dentro deste conceito, os produtos multirriscos se diferenciam em:

- Residencial: possui coberturas específicas voltadas para diferentes tipos de residências, sejam casas ou apartamentos, habituais ou de veraneio. São exemplos de coberturas adicionais: danos elétricos, vendaval, perda/pagamento de aluguel, responsabilidade civil familiar, roubo de bens entre outras que agregam valor.
- Empresarial: possui coberturas específicas voltadas para os mais variados tipos de atividades empresariais dos segmentos da indústria, comércio e serviços e dos mais variados portes (pequenas e médias empresas). São exemplos de coberturas adicionais: danos elétricos, vendaval, responsabilidade civil operações, despesas fixas, recomposição de registros e documentos, roubo de bens, roubo de valores, entre outras.

Generali Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

4. Estrutura de gerenciamento de riscos--Continuação

4.2. Riscos de seguros gerais--Continuação

4.2.3. Seguro de ramos elementares--Continuação

4.2.3.3. *Multirriscos/riscos nomeados e operacionais--Continuação*

- Riscos nomeados e operacionais: o Produto de Riscos Nomeados e Operacionais é distribuído pelo segmento de “Global Corporate” da Generali, dedicado exclusivamente a atender grandes empresas e grandes conglomerados (inclusive clientes internacionais cujo seguro seja parte de um programa mundial), atuando nas mais diversas atividades existentes no parque industrial do país, que podem variar desde hospitais e metalúrgicas, até o segmento químico, farmacêutico, alimentício etc. Da mesma forma que o produto Multirriscos, as apólices de Riscos Nomeados e Operacionais possuem coberturas específicas voltadas ao atendimento das mais variadas necessidades estipuladas por nossos clientes. São exemplos de coberturas adicionais: lucros cessantes, danos elétricos, vendaval, quebra de máquinas, recomposição de registros e documentos, roubo de bens, extravasamento de materiais em estado de fusão, tumultos, entre outras.

Estes produtos obedecem a tarifas próprias obtidas através da experiência de suas respectivas carteiras, medida através das bases de dados da Seguradora. O processo de subscrição segue critérios que avaliam as características de cada risco onde são considerados, além do estado de uso e conservação do local, outros pontos conforme o tipo de seguro a ser contratado, como por exemplo: região de localização, tipo de proteção contra incêndio e proteção patrimonial existente, manutenção e uso e conservação das instalações e maquinários, a existência ou não de gargalos no processo, regime de trabalho, análise e cenário de perda máxima possível e dano máximo provável, condições da vizinhança, isolamentos internos, saúde financeira da empresa, entre outros.

Os preços dos seguros são determinados conforme o tipo de risco em questão, como por exemplo, tipos de residência, tipos de atividade empresarial desenvolvida, tipos de condomínio, e vão se tornando personalizados à medida que os riscos vão se diferenciando por outras características como, por exemplo, tipo de construção, boa experiência de sinistralidade, variedade de meios de proteção contra Incêndio e acidentes, variedade de sistemas de proteção contra roubo, localização e exposição a efeitos climáticos ou catástrofes naturais, isolamento, “*layout* e boas práticas de “*housekeeping*”, perda máxima, dano máximo, distância de socorro externo, entre outros.

Generali Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

4. Estrutura de gerenciamento de riscos--Continuação

4.2. Riscos de seguros gerais--Continuação

4.2.3. Seguro de ramos elementares--Continuação

4.2.3.2. *Multirriscos/riscos nomeados e operacionais*--Continuação

Os produtos residencial e empresarial contam ainda com um amplo leque de serviços de assistência que oferece opções como chaveiros, eletricitas, encanadores, *checkup* domiciliar etc.

4.2.4. Demais ramos

A Seguradora conta também com outros produtos de ramos elementares para o atendimento às necessidades de seus clientes, como por exemplo, seguro para Equipamentos e Máquinas (Riscos Diversos).

4.2.4.1. *Responsabilidade Civil ("RC")*

A Seguradora oferece a seus clientes dos mais variados segmentos empresariais, seja indústria, comércio ou serviço, um produto que conta com amplo leque de coberturas, como por exemplo, RC operações, RC empregador, RC produtos, RC garagem, RC prestação de serviços em locais de terceiros entre outras. Neste quesito, diversos pontos são avaliados durante a subscrição como as características de cada atividade, experiência em seu segmento, boa sinistralidade, porte, indicadores de qualidade, entre outros.

4.2.4.2. *Risco de engenharia*

A Seguradora oferece leque de coberturas voltado para seguro de obras civis e instalações e montagens, tais como básica (danos causados à obra), tumultos, equipamentos, despesas extraordinárias, entre outras. Trata-se de tarifa específica onde às características de cada obra determinam a melhor formatação do seguro. Durante a subscrição, diversos fatores são avaliados para fins de aceitação e melhor dimensionamento do seguro como tipo de obra, experiência do construtor, topografia de terreno, tipo de solo, entre outros.

Todos os produtos aqui descritos possuem suas respectivas coberturas e planos de resseguro devidamente dimensionados, cujas modalidades e retenções são definidas conforme o perfil e tipo de carteira específica.

Generali Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

4. Estrutura de gerenciamento de riscos--Continuação

4.3. Risco financeiro

A exposição do risco financeiro está diretamente ligada à sua carteira de aplicação financeira. Buscando mitigar o risco adotamos uma política de conservadorismo, onde 93% dos investimentos estão concentrados em títulos públicos federais, além de levarmos em consideração os instrumentos regulatórios estipulados pelo órgão regulador bem como a conjuntura econômica vigente que será determinante para avaliar o risco e a rentabilidade dos ativos.

A política de gestão do risco financeiro - definida em reuniões do Comitê de investimentos, alinhada com as políticas do Grupo Generali - estabelece os limites apropriados de risco e assegura que estes sejam seguidos a fim de evitar perdas decorrentes de oscilações de preços de mercado que venham a impactar os resultados de forma adversa. A gestão de risco é realizada pela área de Tesouraria e Investimento da Seguradora e visa proteger e assegurar os ganhos.

4.4. Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade da contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Seguradora.

As áreas-chave em que a Seguradora está exposta ao risco de crédito são:

- Ativos financeiros.
- Ativos de resseguro.
- Prêmios de seguros.

O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por agências avaliadoras de riscos, tais como Fitch Ratings, Standard & Poor's, Moody's entre outras. Além disso, é avaliada a concentração de exposições por setor da indústria e região geográfica.

Exposições ao risco de crédito

A Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa restrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Seguradora adota uma política de gerenciar as exposições de suas contrapartes de resseguro, limitando as resseguradoras que poderão ser usadas, e o impacto do inadimplemento das resseguradoras é avaliado regularmente.

Generali Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

4. Estrutura de gerenciamento de riscos--Continuação

4.4. Risco de crédito--Continuação

Exposições ao risco de crédito--Continuação

A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Companhia, distribuídos por *rating* de crédito fornecidos pela agência de risco Fitch para os saldos de caixa e equivalentes de caixas e aplicações financeiras e agências AMBest, Moody's e Standard & Poor's para os saldos relacionados aos ativos de resseguro:

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	AAA	AA+/AA-/A-	BBB+/BB	Sem rating	30/06/2018
Caixa e equivalentes de caixa					
Fundo fixo	-	-	-	14	14
Banco do Brasil S.A.	-	981	-	-	981
Banco Bradesco S.A.	844	-	-	-	844
Caixa Econômica	-	59	-	-	59
Banco Itaú	6	-	-	-	6
Banco Santander S.A.	-	-	-	2.944	2.944
Banco Regional de Brasília	-	3	-	-	3
Títulos privados	-	1.046	-	-	1.046
Quotas de FI renda fixa – DPVAT	-	-	-	86.698	86.698
Quotas de fundo de investimento exclusivo					
Letras Financeiras de Tesouro – LFT	-	-	225.250	-	225.250
Quotas de fundos de investimento aberto	23.345	-	-	-	23.345
Quotas de fundos de investimento público					
Notas do Tesouro Nacional NTN-B	-	-	18.394	-	18.394
Notas do Tesouro Nacional NTN-F	-	-	93.689	-	93.689
Prêmios a receber de segurados	-	-	-	172.269	172.269
Ativos de resseguro					
Assicurazioni Generali S.P.A.	-	514	-	-	514
Austral Resseguradora S.A.	-	1.850	-	-	1.850
Everest Reinsurance Company	-	115	-	-	115
Hannover Rückversicherung Ag	-	414	-	-	414
IRB Brasil Resseguros S.A.	-	12.999	-	-	12.999
Liberty Syndicates	-	5	-	-	5
Lloyd'S	-	308	-	-	308
Mapfre Re Do Brasil Companhia De Resseguros	-	1.420	-	-	1.420
Mapfre Re Compañia De Reaseguros S.A	-	496	-	-	496
Markel Resseguradora Do Brasil	-	117	-	-	117
Münchener Rück Do Brasil Resseguradora S.A.	-	81	-	-	81
Munich Re Do Brasil Resseguros S.A.	-	29.608	-	-	29.608
Odyssey America Reinsurance Corporation	-	42	-	-	42
Partner Re Reinsurance Europe Limited	-	1	-	-	1
Scor Brasil Resseguros S.A.	-	54	-	-	54
Scor Reinsurance Company	-	931	-	-	931
Sirius America Insurance Company	-	4	-	-	4
Swiss Re Brasil Resseguros S.A.	-	1.799	-	-	1.799
Swiss Reinsurance America Corporation	-	1	-	-	1
Transatlantic Reinsurance Company	-	26	-	-	26
XL Re Latin America Ltd.	-	29	-	-	29
XL Resseguros Brasil S/A	-	39	-	-	39
Exposição máxima ao risco de crédito	24.195	52.942	337.333	261.925	676.395

Generali Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

4. Estrutura de gerenciamento de riscos--Continuação

4.4. Risco de crédito--Continuação

Exposições ao risco de crédito--Continuação

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	AAA	AA+/AA-/A-	BBB+/BB	Sem rating	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa					
Fundo fixo	-	-	-	15	15
Banco do Brasil S.A.	-	4.441	-	-	4.441
Banco Bradesco S.A.	339	-	-	-	339
Caixa Econômica	-	66	-	-	66
Banco Santander S.A.	-	-	-	5.377	5.377
Banco Regional de Brasília	-	3	-	-	3
Títulos privados	-	177	-	-	177
Quotas de FI renda fixa - DPVAT	-	-	-	84.405	84.405
Quotas de fundo de investimento exclusivo					
Letras Financeiras de Tesouro - LFT	-	-	216.150	-	216.150
Quotas de fundos de investimento aberto	23.005	-	-	-	23.005
Quotas de fundos de investimento público					
Notas do Tesouro Nacional NTN-B	-	-	18.850	-	18.850
Notas do Tesouro Nacional NTN-F	-	-	61.831	-	61.831
Prêmios a receber de segurados	-	-	-	164.387	164.387
Ativos de resseguro					
Assicurazioni Generali S.P.A.	-	665	-	-	665
Austral Resseguradora S.A.	-	2.156	-	-	2.156
Everest Reinsurance Company	-	111	-	-	111
Hannover Rückversicherung Ag	-	865	-	-	865
IRB Brasil Resseguros S.A.	-	11536	-	-	11536
Liberty Syndicates	-	5	-	-	5
Lloyd'S	-	500	-	-	500
Mapfre Re Do Brasil Companhia De Resseguros	-	1501	-	-	1.501
Mapfre Re Companhia De Resseguros S.A	-	-	-	-	-
Markel Resseguradora Do Brasil	-	52	-	-	52
Münchener Rück Do Brasil Resseguradora S.A.	-	143	-	-	143
Munich Re Do Brasil Resseguros S.A.	-	33740	-	-	33740
Odyssey America Reinsurance Corporation	-	92	-	-	92
Partner Re Reinsurance Europe Limited	-	2	-	-	2
Scor Brasil Resseguros S.A.	-	256	-	-	256
Scor Reinsurance Company	-	1002	-	-	1002
Sirius America Insurance Company	-	7	-	-	7
Swiss Re Brasil Resseguros S.A.	-	1.627	-	-	1.627
Swiss Reinsurance America Corporation	-	0	-	-	0
Transatlantic Reinsurance Company	-	2	-	-	2
XL Re Latin America Ltd.	-	5	-	-	5
XL Resseguros Brasil S/A	-	14	-	-	14
Exposição máxima ao risco de crédito	23.344	58.968	296.831	254.184	633.327

Generali Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

4. Estrutura de gerenciamento de riscos--Continuação

4.5. Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco da Seguradora não ter recursos financeiros líquidos suficientes para cumprir suas obrigações ou ter de incorrer em custos excessivos para fazê-lo. A política da Seguradora é manter uma liquidez adequada e liquidez contingente para atender suas obrigações tanto em condições normais quanto de estresse. Para alcançar este objetivo, a Seguradora avalia, monitora e gerencia suas necessidades de liquidez em uma base contínua.

A Seguradora tem políticas de liquidez do Grupo e também diretrizes específicas sobre a forma de planejar, gerenciar e relatar sua liquidez local, propiciando recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento.

i) Gerenciamento de risco de liquidez

O gerenciamento diário do risco de liquidez é realizado pelo departamento financeiro e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizada na gestão das posições financeiras. O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para permitir à Seguradora liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira são estabelecidas premissas (acordo de datas de pagamento a fornecedores, dentre outras) de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Administração, considerando as previsões das exigências de liquidez da Seguradora para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A sobra de caixa é transferida para a conta centralizadora que investe em aplicações com incidência de juros, depósito a prazo e fundos de títulos públicos, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para atender às responsabilidades operacionais. De acordo com o órgão regulador e assumindo uma posição ainda mais conservadora, 95% da carteira da seguradora está aplicada em ativos de alta liquidez.

Generali Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

4. Estrutura de gerenciamento de riscos--Continuação

4.5. Risco de liquidez--Continuação

ii) Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade da Seguradora de cobrir altas exigências de liquidez, por exemplo, no caso de um desastre natural.

A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

Os passivos financeiros da Seguradora, compostos, em sua totalidade, basicamente por provisões técnicas de seguros, possuem seus vencimentos alocados em um prazo inferior a 12 meses, alinhado com as características dos produtos comercializados pela Seguradora. Por este motivo, os instrumentos financeiros - aplicações financeiras, prêmios a receber e ativos de resseguro - são alocados na sua maioria com prazos similares, até 12 meses, de forma a minimizar riscos de liquidez. Embora a maior parte da carteira de investimentos da seguradora (95%) tenha títulos públicos com vencimentos acima de 12 meses, todos contam com liquidez diária.

O risco de liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes da inexistência de recursos suficientes para o cumprimento, nas datas previstas, dos compromissos assumidos.

Para mitigar esse risco, frequentemente são realizados estudos dos fluxos de movimentações financeiras esperados em vários cenários, avaliando-se de forma conservadora os limites mínimos de recursos líquidos a serem mantidos. Aliada a essa estratégia, são avaliadas as melhores opções de reinvestimento, de modo a maximizar os recursos disponíveis. A Seguradora tem por filosofia ser conservadora em seus investimentos priorizando sempre a capacidade de liquidez na escolha de seus ativos financeiros tendo como base suas obrigações com as contrapartes.

Generali Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

4. Estrutura de gerenciamento de riscos--Continuação

4.6. Risco de câmbio

A Administração estabeleceu uma política que exige que as empresas do Grupo administrem seu risco cambial em relação à moeda funcional. A área de Tesouraria administra as posições na conta em moeda estrangeira de forma a fazer frente às obrigações de médio prazo, evitando assim a exposição cambial local.

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas, contabilmente, para a moeda funcional da Seguradora, utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Eventuais ganhos ou perdas de conversão de saldos, resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço, são reconhecidos no resultado.

4.7. Risco de mercado

i) Gerenciamento de risco de mercado

O risco de mercado se refere à possibilidade de perda decorrente de oscilação de preços de commodities, taxas de juros e câmbio, em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras de ativo e passivo. Isso significa que o risco varia de acordo com as condições do mercado a que determinado investimento pode estar exposto.

ii) Controle do risco de mercado

O risco de mercado é controlado por meio de metodologias e modelos condizentes com a realidade do mercado nacional e internacional, gerando embasamento para as decisões estratégicas com agilidade e confiança. Desta forma, permite uma melhor avaliação e definição dos limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais, e também o estabelecimento de limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moedas.

É feita a cogestão do fundo exclusivo para garantir o enquadramento do investimento que buscam atender aos quesitos de liquidez, segurança e rentabilidade. O controle do risco de mercado é acompanhado pela Área Financeira através da cogestão da política de investimento a ser cumprida pelo gestor de recursos, garantindo a otimização dos resultados, avaliando os limites de investimentos em títulos públicos federais, privados nacionais e internacionais, os limites de *Value at Risk* (VaR) e a liquidez.

Generali Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

4. Estrutura de gerenciamento de riscos--Continuação

4.7. Risco de mercado--Continuação

ii) Controle do risco de mercado--Continuação

Os ativos estão vinculados às reservas técnicas e totalmente alinhados com as leis estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Além disso, as aplicações financeiras oferecidas em garantia das reservas técnicas da Seguradora estão registradas na Central de Títulos Privados - CETIP, sob a custódia do Banco Santander.

O custo de oportunidade utilizado pela Seguradora para avaliar os investimentos é a taxa referencial de juros do mercado. Com base em análises de cenários a Seguradora define mudanças razoáveis nas taxas de juros e calcula o impacto sobre o resultado.

Teste de sensibilidade

Para efeito de testes de sensibilidade, como apresentados no quadro abaixo, foram utilizadas as premissas de 25% de aumento e de redução aplicados ao custo de oportunidade dos ativos financeiros - taxa de juros do mercado:

Variáveis	Premissas	Resultado após aumento / redução R\$	Efeito no resultado %	Efeito no PL %
CDI	Aumento de 25%	(17.407)	9%	4%
CDI	Redução de 25%	(20.989)	-9%	5%

5. Aplicações financeiras

Os ativos financeiros são aplicados no mercado conforme as premissas de liquidez/concentração estabelecidos pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em linha com a definição de risco do Grupo Generali e carregados a valor justo segundo os critérios abaixo:

- Preços cotados em mercados para ativos idênticos.
- O valor de mercado de títulos públicos foi baseado no "preço unitário de mercado - PU" informado pela Associação Brasileira das Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA nas datas de balanço e com base no "PU 550 da SELIC", divulgado diariamente pelo BACEN.

Generali Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

5. Aplicações financeiras--Continuação

- As quotas dos fundos de investimento são baseadas nas informações transferidas pelo administrador do fundo para o agente custodiante no CETIP, nas datas do balanço.
- Os títulos privados são precificados segundo o "PU" divulgado pelo emissor do papel, na data do balanço.

5.1. Classificação por categoria e faixa de vencimento

	30/06/2018						
	Sem vencimento	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Valor contábil de mercado	%	Valor de curva	Taxas contratadas
I - Títulos para negociação							
Quotas de FI renda fixa - DPVAT	86.698	-	-	86.698	19	86.698	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	225.250	225.250	50	225.252	SELIC
Quotas de fundos de investimentos	23.345	-	-	23.345	6	23.345	-
Outras aplicações	-	1.046	-	1.046	-	1.046	-
II - Títulos disponíveis para venda							
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	18.394	18.394	4	19.578	IPCA
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	-	-	93.689	93.689	21	99.426	Prefixado
Total	110.043	1.046	337.333	448.422	100	455.345	
	31/12/2017						
	Sem vencimento	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Valor contábil de mercado	%	Valor de curva	Taxas contratadas
I - Títulos para negociação							
Quotas de FI renda fixa - DPVAT	84.405	-	-	84.405	20	84.405	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	5.728	210.422	216.150	52	216.204	SELIC
Quotas de fundos de investimentos	23.005	-	-	23.005	6	23.005	-
Outras aplicações	-	177	-	177	2	177	-
II - Títulos disponíveis para venda							
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	18.850	18.850	5	19.191	IPCA
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	-	-	61.831	61.831	15	61.811	Prefixado
Total	107.410	5.905	291.103	404.418	100	404.793	
						30/06/2018	31/12/2017
Circulante						336.339	323.737
Não circulante						112.083	80.681
						448.422	404.418

Generali Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

5. Aplicações financeiras--Continuação

5.2. Movimentação das aplicações financeiras

	31/12/2017	Aplicações	Resgates	Ajuste Mercado	Rendimento	30/06/2018
Quotas de FI renda fixa - DPVAT	84.405	8.719	(9.060)	-	2.634	86.698
Fundo de investimento exclusivo						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	216.150	272.816	(270.173)	-	6.457	225.250
Letras do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	-	-	-	-	-	-
Carteira administrada						
Notas do Tesouro Nacional NTN-B	18.850	-	(515)	(837)	896	18.394
Notas do Tesouro Nacional NTN-F	61.831	36.764	(2.904)	(5.764)	3.762	93.689
Quotas de fundos de investimentos	23.005	-	(360)	-	700	23.345
Outras aplicações	177	869	-	-	-	1.046
	404.418	319.168	(283.012)	(6.601)	14.449	448.422

	31/12/2016	Aplicações	Resgates	Ajuste Mercado	Rendimento	31/12/2017
Quotas de FI renda fixa - DPVAT	89.542	8.160	(21.907)	-	8.610	84.405
Fundo de investimento exclusivo						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	360.402	300.949	(476.066)	-	30.865	216.150
Letras do Tesouro Nacional - NTN-B	-	1.275	(1.246)	-	(29)	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	676	-	(740)	-	64	-
Carteira administrada						
Notas do Tesouro Nacional NTN-B	-	18.951	-	(348)	247	18.850
Notas do Tesouro Nacional NTN-F	-	61.239	-	27	565	61.831
Quotas de fundos de investimentos	20.240	1.639	(934)	-	2.060	23.005
Outras aplicações	149	177	(149)	-	-	177
	471.009	392.390	(501.042)	(321)	42.382	404.418

5.3. Hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- Nível 01: títulos com cotação em mercado ativo.
- Nível 02: títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 01" cuja precificação é direta ou indiretamente observável.
- Nível 03: títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

Generali Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

5. Aplicações financeiras--Continuação

5.3. Hierarquia de valor justo--Continuação

	30/06/2018				31/12/2017			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Quotas de FI renda fixa - DPVAT	-	86.698	-	86.698	-	84.405	-	84.405
Fundo de investimento exclusivo					-	-	-	
Letras Financeiras de Tesouro – LFT	225.250	-	-	225.250	216.150	-	-	216.150
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F					-	-	-	-
Carteira administrada								
Letras do Tesouro Nacional - LTN	18.394	-	-	18.394	18.850	-	-	18.850
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	93.689	-	-	93.689	61.831	-	-	61.831
Quotas de fundos de investimentos	-	23.345	-	23.345	-	23.005	-	23.005
Outras aplicações	-	-	1.046	1.046	-	-	177	177
	337.333	110.043	1.046	448.422	296.831	107.410	177	404.418

5.4. Instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2018, a Seguradora não possuía em seus fundos de investimento exclusivos, contratos futuros de Depósito Interfinanceiro (DI).

Em relação ao controle dos riscos, estes são calculados diariamente através de métricas amplamente conhecidas e divulgadas no mercado (*VAR*, *Tracking Error* e *Testes de stress*), estabelecidas em mandatos de gestão e utilizando-se de ferramentas do Banco Santander Brasil S.A.

A utilização de instrumentos derivativos, conforme prevê a legislação vigente, busca efetuar o *hedge* da carteira da Seguradora. No caso dos contratos futuros de DI, a Seguradora busca minimizar os efeitos da variação da taxa de juros.

Os preços dos instrumentos derivativos são calculados diariamente e divulgados pela BM&F - Bolsa de Mercadorias e Futuros de São Paulo. Adicionalmente, é realizado o ajuste diário das posições sensibilizando as cotas dos fundos da Seguradora.

Generali Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

6. Prêmios a receber

A composição dos prêmios a receber de segurados segue abaixo:

Composição dos créditos das operações com seguros	30/06/2018	31/12/2017
Prêmios a receber de segurados emitidos	150.049	169.903
Prêmios a receber de segurados não emitidos	31.074	30.744
Operações com seguradoras	11.947	13.344
	193.070	213.991
Redução ao valor recuperável	(20.801)	(49.604)
Prêmios a receber de segurados	172.269	164.387

Demonstramos a seguir o *aging list* dos prêmios a receber:

	30/06/2018	31/12/2017
<i>Aging</i> de valores a receber	193.070	213.991
A vencer	129.891	138.686
De 1 a 30 dias	69.266	68.688
De 31 a 60 dias	23.318	21.927
De 61 a 120 dias	21.292	24.618
Superior a 121 dias	16.015	23.453
Vencidos	63.179	75.305
De 1 a 30 dias	14.698	9.753
De 31 a 60 dias	4.513	924
De 61 a 120 dias	2.856	946
Superior a 121 dias	41.112	63.682

Abaixo segue a movimentação dos prêmios a receber e da provisão para redução ao valor recuperável:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	47.012
Constituições	3.464
Reversões	(872)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	49.604
Constituições	1.353
Reversões	(504)
Baixa (i)	(29.652)
Saldo em 30 de junho de 2018	20.801

(i) No primeiro semestre de 2018, a Generali reverteu a as apólices referentes as associações que já estavam provisionadas para perda desde 2015, não havendo efeito no resultado (maiores detalhes vide nota 17).

Generali Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

7. Ativos e passivos de resseguros

7.1. Ativos de resseguros líquidos

	30/06/2018					31/12/2017				
	Vida	Auto	Outros ramos	Redução ao valor recuperável	Valor líquido	Vida	Auto	Outros ramos	Redução ao valor recuperável	Valor líquido
De 1 a 30 dias	7.187	1.522	790	(334)	9.165	8.945	93	314	(1.200)	8.152
De 31 a 60 dias	8.184	1.596	1.644	(464)	10.960	6.101	32	482	(817)	5.798
De 61 a 365 dias	21.689	5.166	1.759	(3.522)	25.092	26.140	8.132	5.976	(3.646)	36.602
Superior a 365 dias	2.992	4.138	4.855	(6.349)	5.636	2.811	4.775	2.845	(6.702)	3.729
	40.052	12.422	9.048	(10.669)	50.853	43.997	13.032	9.617	(12.365)	54.281

	30/06/2018	31/12/2017
Em 1º de janeiro	66.646	45.219
Inclusões	49.892	102.577
Liquidações	(55.016)	(81.150)
Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017	61.522	66.646

Abaixo segue a movimentação da provisão para redução ao valor recuperável dos ativos de resseguro:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	11.236
Constituições	3.784
Reversões	(2.655)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	12.365
Constituições	774
Reversões	(2.470)
Saldo em 30 de junho de 2018	10.669

A metodologia da redução ao valor recuperável baseia-se em critérios atuariais, no conceito do desenvolvimento dos triângulos de *run-off* onde os fatores de desenvolvimento foram determinados a partir da combinação da data de pagamento dos sinistros e da data de referência, para a estimação dos créditos de resseguros a recuperar pendentes, considerando os últimos 48 meses de análise.

7.2. Passivos de resseguros

	30/06/2018	31/12/2017
Prêmios de resseguro cedido	75.508	76.101
Comissão	(11.738)	(12.603)
	63.770	63.498

Generali Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

8. Outros valores e bens

	30/06/2018			31/12/2017		
	Valor	Redução ao valor recuperável	Valor líquido	Valor	Redução ao valor recuperável	Valor líquido
Salvados (*)	13.234	(3.575)	9.659	15.380	(3.575)	11.805
Almojarifado	132	-	132	94	-	94
	13.366	(3.575)	9.791	15.474	(3.575)	11.899

(*) Salvados relacionados somente ao ramo de automóveis.

8.1. Salvados

	30/06/2018	31/12/2017
De 1 a 30 dias	252	611
De 31 a 60 dias	1.383	1.546
De 61 a 365 dias	5.237	6.367
Superior a 365 dias	6.362	6.856
	13.234	15.380

Abaixo segue a movimentação da provisão para redução ao valor recuperável de salvados:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.336
Constituições	1.946
Reversões	(1.707)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.575
Constituições	-
Reversões	-
Saldo em 30 de junho de 2018	3.575

9. Despesas antecipadas

	30/06/2018	31/12/2017
Acordo de mídia TIM	1.500	1.350
Despesas antecipadas contrato TIM	3.350	-
Taxa de fiscalização SUSEP	-	712
Despesas antecipadas com parcerias	1.970	2.583
Outras despesas antecipadas	217	171
	7.037	4.816

Generali Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

10. Custos de aquisição diferidos

	31/12/2017	Constituições	Diferimento/ cancelamento	30/06/2018
Comissão				
Automóveis/RCF-V	26.501	21.208	(22.807)	24.902
Vida/Acidentes Pessoais	9.380	42.446	(32.968)	18.858
Demais	4.030	3.334	(3.987)	3.377
	39.911	66.988	(59.762)	47.137

	31/12/2016	Constituições	Diferimento/ cancelamento	31/12/2017
Comissão				
Automóveis/RCF-V	21.523	45.345	(40.367)	26.501
Vida/Acidentes Pessoais	27	31.104	(21.751)	9.380
Demais	2.075	7.653	(5.698)	4.030
	23.625	84.102	(67.816)	39.911

11. Outros créditos operacionais

	30/06/2018	31/12/2017
Assistências 24 horas	25.835	22.354
Convênio DPVAT	1.376	931
Créditos de parcerias (i)	12.268	6.530
Outros	1.061	293
	40.540	30.108

	30/06/2018	31/12/2017
Outros créditos operacionais		
Circulante	33.833	26.408
Não circulante	6.707	3.700
	40.540	30.108

- (i) Os créditos com parceiros referem-se a parcerias firmadas em 2017 entre a Generali, a Memorial International Brasil e a Affinion International Serviços, que possui saldo em 30 de junho de 2018 de R\$ 3.750 e R\$1.375 respectivamente tendo como objeto a recuperação de custos com investimento efetuado pela Generali para uso exclusivo dos canais de distribuição do Banco BMG. No primeiro semestre de 2018 foi firmada parceria com a Mapfre referente a cessão de parte da carteira adquirida da Univida, que possui saldo de R\$4.200. Também foi registrado o crédito do acordo judicial efetuado com a SFX Gestão e Serviços Ltda. e que possui saldo de R\$2.943.

Generali Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

12. Outros créditos tributários e previdenciários

	30/06/2018	31/12/2017
Créditos tributários (i)	26.555	26.555
IRPJ a compensar	626	503
CSLL a compensar	234	184
PIS/COFINS a recuperar	1.300	1.082
Demais tributos	393	383
	29.108	28.707
	30/06/2018	31/12/2017
Circulante	2.553	2.152
Não circulante	26.555	26.555
	29.108	28.707

- (i) O valor de ganho judicial refere-se ao ganho de causa transitado em julgado referente ao questionamento dos expurgos inflacionários do PLANO VERÃO (ocorridos em janeiro e fevereiro de 1989) que seguiu-se à fase de apuração dos créditos tributários concluída em outubro de 2017, e que teve como critério a recomposição do lucro tributável, das bases de cálculo do imposto de renda e contribuição social recolhidos nos períodos e fatos geradores pertinentes, porém considerando os efeitos contábeis e fiscais com a inclusão das parcelas de correção monetária expurgadas com os índices de 42,72% e 10,14%, respectivamente, para os meses de janeiro e fevereiro de 1989, o que redundou na apuração de diferenças a maior recolhidas a títulos de IR e CSLL, que somadas em todos os períodos, perfazem um indébito tributário no valor total de R\$26.555, até a presente data.

13. Imobilizado

	31/12/2017	Adições	Baixas	Depreciação	30/06/2018
Terrenos	111	-	-	-	111
Edificações	62	-	-	-	62
Equipamentos de informática	1.551	153	(1)	(586)	1.117
Móveis, máquinas e utensílios	1.379	108	(14)	(156)	1.317
Benfeitoria em imóvel de terceiros	1.720	176	-	(401)	1.495
Outras imobilizações	444	151	(98)	-	497
	5.267	588	(113)	(1.143)	4.599
	31/12/2016	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2017
Terrenos	111	-	-	-	111
Edificações	65	-	-	(3)	62
Equipamentos de informática	2.714	440	-	(1.603)	1.551
Móveis, máquinas e utensílios	1.625	111	-	(357)	1.379
Benfeitoria em imóvel de terceiros	2.335	425	-	(1.040)	1.720
Outras imobilizações	390	54	-	-	444
	7.240	1.030	-	(3.003)	5.267

Generali Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

14. Intangível

	Amortização	Valor líquido em			Amortização	30/06/2018
		31/12/2017	Adições	Baixas		
Desenvolvimento de Sistemas de Informação	20%	35.479	2.448	(132)	(3.977)	33.818
Direito de uso canais de distribuição do BMG (i)	Produção	163.610	-	-	(678)	162.931
Direito de uso canais de distribuição da TIM (ii)	12,5%	31.630	-	-	(1.977)	29.653
Direito de uso canais de distribuição da TEM (iii)	5%	-	9.750	-	-	9.750
Direito exclusivo estipulação UNIVIDA (iv)	10%	-	6.000	-	-	6.000
		230.719	18.198	(132)	(6.632)	242.153

	Amortização	Valor líquido em			Amortização	31/12/2017
		31/12/2016	Adições	Baixas		
Desenvolvimento de Sistemas de Informação	20%	34.775	6.653	(188)	(5.761)	35.479
Direito de uso canais de distribuição do BMG (i)	Produção	163.922	-	-	(312)	163.610
Direito de uso canais de distribuição da TIM (ii)	8 anos	-	31.630	-	-	31.630
		198.697	38.283	(188)	(6.073)	230.719

- (i) O direito de uso dos canais de distribuição do BMG se refere à exclusividade nos seus canais de distribuição para a venda de seguros massificados a partir de 2017. Principal foco está relacionado ao público, aposentados, pensionistas e funcionários públicos. O contrato é de vinte anos e o canal de distribuição é composto pelas agências bancárias do BMG, além de três mil correspondentes e a rede de franquias Help! Loja de crédito. O valor pago pela aquisição do direito de uso destes canais foi de R\$163.922 em 30 de setembro de 2016 e iniciou a amortização a partir de janeiro de 2017 com base no fluxo projetado da produção ao longo do prazo do contrato.
- (ii) O direito de uso dos canais de distribuição TIM refere-se ao direito de exclusividade no uso dos canais de distribuição para comercialização dos produtos Generali. Tal parceria foi assinada no exercício de 2017. O valor pago pela aquisição do direito de uso destes canais foi de R\$31.500 até dezembro de 2017, restando uma parcela de R\$3.500 (mais comentários vide nota 9) a pagar em janeiro de 2018. A amortização teve início em janeiro de 2018 devido à entrada em produção e se dará pelo método linear ao longo do prazo do contrato.
- (iii) O direito de uso dos canais de distribuição da TEM se refere à exclusividade nos seus canais de distribuição para a venda de seguros massificados a partir de 2018. Principal foco está relacionado aos cartões para venda de seguros fornecidos pela Generali, de forma exclusiva, em todo o território nacional, esta parceria inicialmente tem duração de 20 anos. O valor pago pela aquisição do direito de uso destes canais foi de R\$9.750, o início das emissões é previsto para agosto de 2018 quando iniciará a amortização pelo método linear ao longo do prazo do contrato.
- (iv) Refere-se a parceria firmada com a Univida Seguros de Pessoas que tem como finalidade a estipulação de seguros de vida, esta parceria inicialmente vigorará por 10 anos. O valor pago a pagar para a parceria é de R\$ 6.000, com pagamento até o fim de 2018 no valor de R\$3.500 sendo seu saldo remanescente (R\$2.500) até o final de 2019. Desta operação foi firmado contrato de cota parte com cessão de 70% à Mapfre Re do Brasil (R\$4.200). Os impactos de ajuste a valor presente desta operação são irrelevantes.

15. Obrigações a pagar

Obrigações a pagar	30/06/2018	31/12/2017
Convenio DPVAT	77	113
Participação nos lucros a pagar	3.421	3.500
Assistência 24 horas	5.588	2.980
Fornecedores	4.735	4.582
Royalties	4.365	3.888
Outras contas a pagar	-	1.482
	18.186	16.545

Generali Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

16. Depósitos de terceiros

Composição do depósito de terceiro das operações com seguros	30/06/2018	31/12/2017
<i>Aging</i> de valores recebidos pendente		
De 1 a 30 dias	1.160	2.849
De 31 a 60 dias	1.696	231
De 61 a 120 dias	1.165	866
De 121 a 180 dias	2.945	1.002
Superior a 181 dias	1.431	-
	8.397	4.948

17. Provisões para contingências e depósitos judiciais

Probabilidade de perda	Contingências fiscais							
	30/06/2018				31/12/2017			
	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor depositado	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor depositado
Provável	4	349	349	-	-	-	-	-
Possível	6	6.683	-	9.174	4	3.426	-	8.894
Remota	-	-	-	-	-	-	-	-
	10	7.032	349	9.174	4	3.426	-	8.894

Probabilidade de perda	Contingências trabalhistas							
	30/06/2018				31/12/2017			
	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor depositado	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor depositado
Provável	24	544	544	258	33	958	958	617
Possível	33	5.971	-	70	48	4.517	-	91
Remota	15	1.302	-	-	17	1.380	-	22
	72	7.817	544	328	98	6.855	958	730

Probabilidade de perda	Contingências cíveis							
	30/06/2018				31/12/2017			
	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor depositado	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor depositado
Provável	460	8.028	8.028	2.651	545	14.678	14.678	11.780
Possível	648	35.683	-	265	594	34.316	-	484
Remota	509	35.521	-	357	505	11.055	-	380
	1.617	96.154	8.028	3.273	1.644	60.049	14.678	12.644

Probabilidade de perda	Contingências sinistros							
	30/06/2018				31/12/2017			
	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor depositado	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor depositado
Provável	1.695	109.845	82.384	7.234	2.338	148.710	112.402	8.021
Possível	798	100.403	50.135	449	635	102.968	51.484	1.044
Remota	1.119	134.740	19.663	1.744	881	95.700	14.352	1.693
	3.612	344.988	152.182	9.427	3.854	347.378	178.238	10.758

Generali Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

17. Provisões para contingências e depósitos judiciais--Continuação

Referem-se, basicamente, a:

- Fiscais - refere-se a um processo relativo a parcelamento da COFINS deferido pela Secretaria da Receita Federal e a um processo de cobrança de ICMS sobre salvados nas praças Rio de Janeiro e São Paulo. Não são esperadas perdas nessas ações, motivo pelo qual não foi constituída provisão, há também processos referentes às inconformidades na entrega de declarações acessórias à Receita Federal e um processo relativo à cobrança de PIS cujas perdas estão classificadas em 30 de junho de 2018 como possível, devido à jurisprudência do STF ocorrida em fevereiro de 2016 no sentido da inconstitucionalidade da exigência para as causas em referência. No primeiro semestre de 2018 a Companhia foi notificada de processos administrativos instaurados pela Receita Federal do Brasil a respeito de créditos tributários de PIS e COFINS compensados através de DCTF em que não houve homologação devido à falta de comprovação do crédito, para estes casos os advogados definiram a estimativa de perda como provável.
- Trabalhistas - pedidos de direitos e indenizações trabalhistas.
- Cíveis - referem-se basicamente a ações decorrentes do curso normal das operações que, na opinião dos consultores jurídicos da Seguradora, apresentam risco de perda provável ou expectativa de saída de caixa.

No primeiro semestre de 2018 foi homologado acordo referente ação judicial movida em 2015 pela Newcorp Gestão S.A. ("Newcorp"), Cerâmica São Cristóvão e Milo Investimentos S.A., juntamente com a GBA Gestão de Benefícios Associativos e SFX Gestão e Serviços Ltda. que tinha por objeto a decretação da ineficácia e desconstituição das garantias reais e fidejussórias apresentadas pelos autores em favor da Generali, bem como indenização em razão da rescisão do Acordo de Estipulação firmado entre a Generali e a Newcorp. Para este acordo, a Newcorp se comprometeu a pagar o montante de R\$3.250 em 36 parcelas a partir de 25 de abril de 2018 (Já recebido o montante de R\$364 até 30 de junho de 2018), registrado na rubrica de despesas administrativas (Vide nota 26.d) Também foi firmado acordo com a Serta Tecnologia em ação movida em 2017 que tinha por objeto o pagamento de títulos executivos extra-judiciais, contrato de prestação de serviços, firmados entre a exequente e a Generali Brasil, sendo para este acordo, a Generali se comprometeu a pagar o montante total de R\$3.800, com valor já pago até junho de 2018 de R\$2.200, sendo o restante para os próximos 16 meses, registrado na rubrica de despesas administrativas (Vide nota 26.d).

Generali Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

17. Provisões para contingências e depósitos judiciais--Continuação

- Sinistros - existem 3.612 (3.854 em dezembro de 2017) processos relacionados a sinistros que estão em diversas fases de tramitação. Tais processos referem-se em sua maioria a sinistros do ramo de automóvel e RCF. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão para os casos classificados com probabilidade de perda provável, possível e remota. O critério de contabilização das provisões referente aos processos de benefícios são os seguintes: 15% para as causas remotas, 50% para as causas possíveis e 75% para as causas prováveis. Esses percentuais foram estabelecidos com base nos percentuais de perdas históricas da Generali para essas probabilidades, a qual está registrada na rubrica "Reservas Técnicas" no montante de R\$152.182 (R\$178.238 em dezembro de 2017) que adicionados ao valor de reserva dos seguros DPVAT (R\$7.746) e ao IBNER Judicial no montante de R\$23.055 totalizam R\$182.983.

17.1. Movimentação de provisões para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis

Descrição	30/06/2018			31/12/2017		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Em 1º de janeiro	-	958	14.678	-	2.511	17.775
Constituições/atualizações	349	138	2.332	-	220	7.501
Liquidações/baixas	-	(552)	(8.982)	-	(1.773)	(10.598)
No final do semestre/exercício	349	544	8.028	-	958	14.678

17.2. Movimentação dos depósitos judiciais fiscais, trabalhistas e cíveis

Descrição	30/06/2018				31/12/2017			
	Sinistros	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Sinistros	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Em 1º de janeiro	10.758	8.894	730	12.644	32.399	8.312	952	24.990
Constituições/atualizações	892	280	59	596	6.544	582	215	13.417
Liquidações/baixas	(2.222)	-	(460)	(9.967)	(28.185)	-	(437)	(25.763)
No final do semestre/exercício	9.428	9.174	328	3.273	10.758	8.894	730	12.644

Generali Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

18. Provisões técnicas

18.1. Demonstração da composição das provisões técnicas por ramo

	Provisão bruta de resseguro		(-) Parcela resseguro		(=) Provisão líquida	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Automóvel/RCF						
Provisões de prêmios não ganhos	135.236	143.312	(596)	(255)	134.640	143.057
Sinistros a liquidar ADM	30.708	28.745	95	(236)	30.803	28.509
Sinistros a liquidar JUD	89.722	108.699	(11.460)	(26.628)	78.262	82.071
Sinistros ocorridos e não avisados	21.792	23.536	(694)	(924)	21.098	22.612
	277.458	304.292	(12.655)	(28.043)	264.803	276.249
Vida/acidentes pessoais						
Provisões complementares de cobertura	-	5.348	-	(3.476)	-	1.872
Provisões de prêmios não ganhos	54.520	29.922	(3.654)	(884)	50.866	29.038
Sinistros a liquidar ADM	35.266	35.523	(20.512)	(24.175)	14.754	11.348
Sinistros a liquidar JUD	43.806	44.334	(31.126)	(29.860)	12.680	14.474
Sinistros ocorridos e não avisados	42.860	35.761	(31.518)	(24.929)	11.342	10.832
	176.452	150.888	(86.810)	(83.324)	89.642	67.564
Ramos elementares						
Provisões de prêmios não ganhos	23.994	25.030	(14.619)	(14.315)	9.375	10.715
Sinistros a liquidar ADM	41.414	31.936	(36.503)	(29.360)	4.911	2.576
Sinistros a liquidar JUD	41.709	52.362	(20.988)	(25.447)	20.721	26.915
Sinistros ocorridos e não avisados	4.646	5.726	(2.050)	(2.087)	2.596	3.639
	111.763	115.054	(74.160)	(71.209)	37.603	43.845
DPVAT						
Sinistros a liquidar ADM	1.782	1.947	-	-	1.782	1.947
Sinistros a liquidar JUD	7.746	9.075	-	-	7.746	9.075
Sinistros ocorridos e não avisados	76.163	72.800	-	-	76.163	72.800
Outras Prov. para Dep. Adm.	937	470	-	-	937	470
	86.628	84.292	-	-	86.628	84.292
Total						
Provisões complementares de cobertura	-	5.348	-	(3.476)	-	1.872
Provisões de prêmios não ganhos	213.750	198.264	(18.869)	(15.454)	194.881	182.810
Sinistros a liquidar ADM	109.170	98.151	(56.920)	(53.771)	52.250	44.380
Sinistros a liquidar JUD	182.983	214.470	(63.574)	(81.935)	119.409	132.535
Sinistros ocorridos e não avisados	145.461	137.823	(34.262)	(27.940)	111.199	109.883
Outras prov. para dep. Adm.	937	470	-	-	937	470
Total	652.301	654.526	(173.625)	(182.576)	478.676	471.950

Generali Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

18. Provisões técnicas--Continuação

18.1. Demonstração da composição das provisões técnicas por ramo--Continuação

	30/06/2018	31/12/2017
Circulante	650.231	653.923
Não circulante	2.070	603
	652.301	654.526

18.2. Movimentação das provisões técnicas

	30/06/2018	
	Passivos de seguros	Ativos de resseguros
Saldos em 31 de dezembro de 2017	654.526	182.576
Varição de PPNG	15.486	3.415
Sinistros avisados/ajustados	190.392	46.180
Correção monetária e juros de sinistros	(17.222)	11.500
Pagamentos e recebimentos	(193.638)	(60.248)
Varição IBNR	7.638	(6.322)
Varição PCC	(5.348)	(3.476)
Varição outras provisões	467	-
Saldos em 30 de junho de 2018	652.301	173.625
	31/12/2017	
	Passivos de seguros	Ativos de resseguros
Saldos em 31 de dezembro de 2016	612.817	165.399
Varição de PPNG	67.138	5.913
Sinistros avisados/ajustados	402.376	125.089
Correção monetária e juros de sinistros	327	3.909
Pagamentos e recebimentos	(400.514)	(104.535)
Varição IBNR	(30.523)	(16.635)
Varição PCC	3.123	3.436
Varição outras provisões	(217)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	654.526	182.576

Generali Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

19. Garantias das provisões técnicas

O Banco Central do Brasil (BACEN) através da Resolução nº 3.308, de 31 de agosto de 2005, com suas alterações posteriores, e a SUSEP através da Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, com suas alterações posteriores, regulamentaram as normas para a aplicação dos recursos garantidores das provisões técnicas por parte das sociedades seguradoras. Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentava as seguintes coberturas:

	30/06/2018	31/12/2017
Provisões técnicas - seguros	652.301	654.526
Exclusões		
Provisões técnicas - resseguros	(158.779)	(171.153)
Direitos creditórios	(92.093)	(94.381)
Provisões do consórcio DPVAT	(86.628)	(84.292)
Custos de aquisição diferidos	(27.233)	(25.703)
Depósitos judiciais redutores	(1.052)	(2.230)
Total das exclusões	(365.785)	(377.759)
Provisões técnicas para cobertura	286.516	276.767
Composição dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas		
Quotas de fundos de investimento	353.286	312.315
Total das garantias das provisões técnicas	353.286	312.315
Suficiência	66.770	35.548

20. Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis. Estão sendo desconsiderados da análise abaixo os sinistros avisados e pagos no mesmo ano, uma vez que não há incerteza sobre o montante e tempestividade da indenização, conforme CPC11 - Contrato de Seguros, parágrafo 39, alínea (c) (iii).

Generali Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

20. Desenvolvimento de sinistros--Continuação

20.1. Sinistros brutos de resseguro

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Montante estimado para os sinistros							
No ano do aviso	580.137	822.505	559.875	324.965	335.152	179.309	2.801.941
Um ano após o aviso	576.828	798.788	562.837	321.046	337.129	-	2.596.629
Dois anos após o aviso	566.455	802.248	560.981	327.000	-	-	2.256.685
Três anos após o aviso	608.207	804.053	563.570	-	-	-	1.975.830
Quatro anos após o aviso	574.998	802.615	-	-	-	-	1.377.613
Cinco anos após o aviso	554.058	-	-	-	-	-	554.058
Estimativa dos sinistros na data-base (2017)	554.058	802.615	563.570	327.000	337.129	179.309	2.763.681
Pagamentos de sinistros efetuados	498.716	777.259	520.902	292.402	302.006	95.152	2.482.446
Sinistros pendentes	55.342	29.357	42.668	34.598	35.124	84.147	281.235
DPVAT e retrocessão Salvados							9.528 (3.462)
Outros - IBNER							4.852
Sinistros pendentes - contábil							292.153
IBNR							69.298
IBNR DPVAT							76.163
Reserva de sinistros ocorridos							437.614

20.2. Sinistros líquidos de resseguro

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Montante estimado para os sinistros							
No ano do aviso	463.878	642.389	416.216	183.354	215.133	128.316	2.049.286
Um ano após o aviso	431.117	596.143	371.334	149.572	176.449	-	1.724.615
Dois anos após o aviso	416.385	600.820	358.561	148.938	-	-	1.524.705
Três anos após o aviso	453.549	595.415	359.054	-	-	-	1.408.018
Quatro anos após o aviso	420.466	595.082	-	-	-	-	1.015.548
Cinco anos após o aviso	412.783	-	-	-	-	-	412.783
Estimativa dos sinistros na data-base (2017)	412.783	595.082	359.054	148.938	176.449	128.316	1.820.623
Pagamentos de sinistros efetuados	382.786	577.647	336.546	132.926	158.641	77.002	1.665.547
Sinistros pendentes	29.997	17.435	22.508	16.012	17.808	51.314	155.075
DPVAT e retrocessão Salvados							9.528 (3.462)
Outros - IBNER							10.518
Sinistros pendentes - contábil							171.659
IBNR							35.036
IBNR DPVAT							76.163
Reserva de sinistros ocorridos							282.858

Generali Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

21. Provisão de sinistros a liquidar

21.1. Movimentação de sinistros a liquidar

	30/06/2018		31/12/2017	
	Bruto de resseguro	Resseguro	Líquido de resseguro	Líquido de resseguro
Em 1º de janeiro	312.621	(135.706)	176.915	181.210
Constituições/reestimativas	190.392	(46.180)	151.850	247.764
Liquidações	(237.610)	72.892	(172.356)	(259.499)
Atualizações	17.222	(11.500)	5.722	(3.582)
	282.625	(120.494)	162.131	165.893
DPVAT	9.528	-	9.528	11.022
	292.153	(120.494)	171.659	176.915

21.2. Aging de sinistros a liquidar

	30/06/2018		
	Bruto de resseguro	Resseguro	Líquido de resseguro
De 0 a 30 dias	38.315	(9.135)	29.180
De 31 a 60 dias	19.747	(7.112)	12.635
De 61 a 365 dias	52.274	(22.872)	29.402
Acima de 365 dias	181.817	(81.375)	100.442
	292.153	(120.494)	171.659
	31/12/2017		
	Bruto de resseguro	Resseguro	Líquido de resseguro
De 0 a 30 dias	33.961	(6.710)	27.251
De 31 a 60 dias	20.154	(7.239)	12.915
De 61 a 365 dias	53.714	(26.438)	27.276
Acima de 365 dias	204.792	(95.319)	109.473
	312.621	(135.706)	176.915

Generali Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

22. Patrimônio líquido

22.1. Capital social

Em 30 de junho de 2018, o capital social da Companhia totalmente integralizado é de R\$1.306.177 (R\$1.256.177 em 31 de dezembro de 2017), representado por 3.128.811 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (2.633.055 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal em 31 de dezembro de 2017), detidas integralmente por acionistas domiciliados no exterior.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de dezembro de 2016, os acionistas aprovaram o aumento de capital social no montante de R\$70.000, com a emissão de 398.654 novas ações, elevando-se o capital social de R\$1.186.177 para R\$1.256.177, representado por 2.267.027 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O ato foi homologado pela SUSEP mediante portaria de aprovação nº 242 publicada no Diário Oficial da União em 22 de março de 2017.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de outubro de 2017, os acionistas aprovaram o aumento de capital social no montante de R\$50.000, com a emissão de 365.979 novas ações, elevando-se o capital social de R\$1.256.177 para R\$1.306.177, representado por 2.633.006 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O ato foi homologado pela SUSEP mediante portaria de aprovação nº 750 publicada no Diário Oficial da União em 25 de janeiro de 2018.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de maio de 2018, os acionistas aprovaram o aumento de capital social no montante de R\$65.000, com a emissão de 495.805 novas ações, elevando-se o capital social de R\$1.306.177 para R\$1.371.177, representado por 3.128.811 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Referido aumento de capital ainda se encontra em aprovação pela SUSEP.

Generali Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

22. Patrimônio líquido--Continuação

22.2. Detalhamento do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), margem de solvência e exigência de capital

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Patrimônio líquido	399.694	358.985
Despesas antecipadas	(7.037)	(4.816)
Participações societárias	(353)	(353)
Obras de arte Intangível	(59)	(59)
Acréscimo do menor valor entre 15% do CMR e 50% dos ativos intangíveis referentes a contratos de ponto de venda	(242.153)	(230.719)
	15.134	13.798
Patrimônio líquido ajustado – PLA	165.226	136.836
Capital-base - CB (a)	15.000	15.000
Capital risco de subscrição	77.064	67.818
Capital risco de crédito	19.369	21.774
Capital - risco operacional	3.005	2.460
Capital risco de mercado	24.421	21.949
Benefício da diversificação	(22.974)	(22.014)
Capital adicional de risco - CR (b)	100.885	91.987
Capital mínimo requerido - CMR maior entre (a) e (b)	100.885	91.987
Patrimônio líquido ajustado	165.226	136.836
(-) Exigência de capital - EC	100.885	91.987
Suficiência de capital - R\$	64.341	44.849
Suficiência de capital - % da EC	168,25%	148,76%
20% do capital adicional de risco - CR (b)	20.177	18.397
Excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas	66.770	35.548
Liquidez em relação ao CR (b)	46.593	17.151

A Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, alterada pela Resolução CNSP nº 343, de 26 de dezembro de 2016, prevê que o capital mínimo requerido que a sociedade supervisionada deverá manter a qualquer tempo para operar deve ser o maior entre o capital-base e o capital de risco.

Generali Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

23. Ramos de atuação da seguradora

Os principais ramos de atuação da Seguradora, os prêmios ganhos, os índices de sinistralidade e os índices de comissionamento estão assim demonstrados:

	Prêmios ganhos	Sinistros ocorridos	Sinistralidade %	Custo de aquisição	Índice - % comissionamento
Em 30 de junho 2018					
Automóveis/RCF-V	149.130	(116.112)	78	(24.906)	17
Vida/acidentes pessoais	142.571	(68.648)	48	(30.427)	21
Demais	21.207	(13.270)	63	(3.806)	18
	312.908	(198.030)	63	(59.139)	19
Em 30 de junho 2017					
Automóveis/RCF-V	136.384	(111.916)	82	(21.181)	16
Vida/acidentes pessoais	66.085	(53.401)	81	(8.540)	13
Demais	14.261	(6.863)	48	(2.312)	16
	216.730	(172.180)	79	(32.033)	15

24. Imposto de renda e contribuição social

A Seguradora não apurou imposto de renda e contribuição social no semestre findo em 30 de junho de 2018 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 em virtude de prejuízos tributários recorrentes.

Em 30 de Junho de 2018, a Seguradora possui um saldo acumulado de prejuízos fiscais no montante de R\$971.325 (R\$945.997 em 31 de dezembro de 2017) e base negativa de contribuição social no montante de R\$977.178 (R\$951.836 em 31 de dezembro de 2017). Não foram constituídos créditos tributários diferidos sobre esse saldo acumulado, bem como sobre as adições temporárias, em decorrência do histórico de prejuízos da Seguradora, em consonância com a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações.

25. Remuneração baseada em ações

Alguns executivos da Companhia participam do plano multianual, aprovado pela Assicurazioni Generali de distribuição de suas ações ordinárias, sujeitas à aprovação da assembleia de acionistas do Grupo. O efeito do incentivo com base em opções para compra de ações referente aos colaboradores registrados na Generali Brasil Seguros S.A., que fizeram jus às opções da Assicurazioni Generali, está registrado no patrimônio líquido da Seguradora como reserva de capital no semestre findo em 30 de junho de 2018, no montante de R\$4.795 (R\$3.285 em 31 de dezembro de 2017).

Generali Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

26. Detalhamento das principais contas da demonstração do resultado

a) Custo de aquisição

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Comissão sobre prêmios emitidos	(58.307)	(32.920)
Comissão de agenciamento	(3.284)	(70)
Recuperação de comissões	488	402
Outras despesas de comercialização	(5.262)	(2.394)
Variação das despesas de comercialização diferidas	7.226	2.949
	(59.139)	(32.033)

b) Outras despesas e receitas operacionais

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Créditos assistência 24h		
Receitas operacionais – Seguros	25.618	18.127
Receitas consórcio DPVAT outras receitas, líquidas	1.823	1.921
	27.441	20.048
Outras despesas operacionais		
Débitos assistência 24h	(23.747)	(16.463)
Despesas operacionais – seguros	(10.569)	(8.765)
Provisão para riscos de créditos	(849)	(880)
Despesas com administração de apólices	(1.853)	(211)
Despesas com encargos dos corretores	(6)	(10)
Despesas com cobrança bancária	(2.573)	(2.766)
Lucros atribuídos	(568)	(1.175)
Provisões cíveis	6.650	2.810
	(33.515)	(27.460)
	(6.074)	(7.412)

c) Resultado com operações de resseguros

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Receitas com resseguro		
Indenizações de sinistros	47.674	52.608
Despesas de sinistros	(17)	2.249
Variações de IBNR e IBNER	4.844	(6.617)
	52.501	48.240
Despesas com resseguro		
Despesas com prêmio resseguro	(61.965)	(58.509)
Variações despesas de resseguros	3.416	6.527
PCC outras provisões sobre resseguro	(3.476)	3.222
Provisão de crédito de liquidação duvidosa sobre resseguro	1.696	(1.798)
	(60.329)	(50.558)
	(7.828)	(2.318)

Generali Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

26. Detalhamento das principais contas da demonstração do resultado-- Continuação

d) Despesas administrativas

	30/06/2018	30/06/2017
Despesas com pessoal próprio	(37.685)	(35.439)
Despesas com serviços de terceiros	(12.932)	(10.770)
Despesas com localização e funcionamento	(14.406)	(16.051)
Despesas judiciais	(3.971)	(9.071)
Despesas com consórcio DPVAT	(1.118)	(1.030)
Outras despesas administrativas	(1.445)	(641)
	(71.557)	(73.002)

e) Despesas com tributos

	30/06/2018	30/06/2017
Provisões fiscais	(349)	(9)
Taxa de fiscalização	(1.019)	(1.539)
Despesas com PIS	(1.072)	(622)
Despesas com COFINS	(6.598)	(3.826)
Outras despesas com tributos	(784)	(1.079)
	(9.822)	(7.075)

f) Resultado financeiro

	30/06/2018	30/06/2017
Resultado financeiro		
Receitas financeiras		
Com operações de seguros e resseguros	1.864	1.186
Com títulos de renda fixa	11.815	20.666
Com títulos de renda fixa - DPVAT	2.634	4.918
Outras receitas financeiras	2.312	2.586
	18.625	29.356
Despesas financeiras		
Com operações de seguros e resseguros	2.947	(5.780)
Outras despesas financeiras	(516)	(546)
	2.431	(6.326)
	21.056	23.030

Generali Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

27. Transações com partes relacionadas

A remuneração total dos administradores da Seguradora no semestre findo em 30 de junho de 2018 foi de R\$1.980 (R\$ 1.253 em 2017), as quais são benefícios de curto prazo.

A Seguradora efetua operações de resseguro com empresa integrante do Grupo, Assicurazioni Generali S.p.A. e Generali Itália, as quais são realizadas em condições pactuadas entre as partes. A principal operação com essa empresa compreende a operação de resseguro, envolvendo o repasse de prêmios registrados na rubrica “Prêmios Resseguros Cedidos”, recuperação de comissões registrados na rubrica “Custos de aquisição” e recuperação de sinistros registrados na rubrica “Sinistros retidos”.

A CEABS Serviços Ltda., uma investida indireta da controladora da Seguradora, Assicurazioni Generali S.p.A., presta serviços de instalação, desinstalação, ativação e desativação dos equipamentos de localização e rastreamento nos veículos dos segurados indicados pela Generali.

A Europ Assistance, uma *joint venture* entre a Assicurazioni Generali S.p.A. com terceiros, presta serviços de suporte e assistência aos diversos ramos de seguro da Generali, principalmente os de auto e vida, a saber: assistência para veículos, assistência funeral, assistência domiciliar, dentre outros.

Partes relacionadas	Ativo		Passivo		Resultado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Assicurazioni Generali S.p.A.	667	1.026	3.647	2.406	550	1.108
Generali Itália	-	-	-	212	-	-
Europ Assistance	-	-	5.588	2.980	(13.019)	(30.428)
CEABS	-	-	117	207	(794)	(1.176)
Total	667	1.026	9.352	5.805	(13.263)	(30.496)

Generali Brasil Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação
30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

28. Responsáveis

Conselheiros
Antônio Cassio dos Santos
Andrea Crisanaz
Alessandro Berni

Diretor presidente
Andrea Crisanaz

Diretoria
Andrea Crisanaz
Sara Bendel
Cláudia Papa
Facundo Montenegro

Contadora
Viviane Miler Abreu
CRC RJ-083704/O-2

Atuário
Rubens Moreira Bastos
MIBA nº 1.370

Comitê de Auditoria
Assizio Aparecido de Oliveira
Hugo Brioschi
Ariel Leonardo Canelo
Esteban Daniel Borgese

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

generali.com

O Comitê de Auditoria (“Comitê”) da Generali Brasil Seguros S/A (“Companhia”) foi estabelecido pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de março de 2015 e é composto por quatro membros indicados pelo Conselho de Administração da Companhia.

O Comitê é um órgão de suporte ao Conselho de Administração e tem como principais funções a supervisão das atividades que objetivam garantir a integridade e qualidade das demonstrações financeiras da Generali Brasil, a qualidade, eficiência e eficácia do sistema de controles internos, o cumprimento de normas internas e externas e a efetividade e independência das auditorias externa e interna.

Ao longo do primeiro semestre de 2018, as principais atividades exercidas pelo Comitê foram:

Auditoria Interna – (i) avaliou e aprovou o Plano de Trabalho da Auditoria Interna para 2018; (ii) foi informado sobre as atividades de auditoria realizadas ao longo do primeiro semestre de 2018, bem como dos resultados dos trabalhos realizados; (iii) tomou conhecimento do status de implementação das recomendações da Auditoria Interna, com destaque para a evolução de implantação ao longo do ano, bem como para as recomendações pendentes de implantação; (iv) discutiu com a Administração da Generali as ações que estão sendo tomadas para a implantação das recomendações pendentes e melhoria do ambiente de controle da Companhia.

Gestão de Riscos e Compliance – (i) tomou conhecimento das atividades realizadas ao longo do primeiro semestre de 2018 e de que a estrutura de gestão de riscos da Companhia atende aos requisitos estabelecidos pelas normas da Susep; (ii) tomou conhecimento da adequação da estrutura das áreas de Compliance e Gestão de Riscos para exercer as atividades sob sua responsabilidade; (iii) foi informado sobre as iniciativas para o fortalecimento na Companhia de uma cultura de controles internos, gestão de riscos e compliance; (iv) foi informado sobre as atividades da Companhia para combate à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento de terrorismo.

Ouvidoria – (i) o Comitê tomou conhecimento do relatório de atividades da Ouvidoria; (ii) avaliou a adequação da estrutura da área e de sua capacidade para atendimento das demandas de clientes; (iii) avaliou as estatísticas de atendimento e da evolução da eficiência da área no segundo semestre de 2017; (iv) tomou conhecimento das recomendações da Ouvidoria para melhoria dos processos internos voltados para atendimento aos clientes.

Demonstrações financeiras – (i) reuniu-se com o Presidente e com o Diretor Financeiro da Companhia, bem como com os auditores externos para discutir os principais aspectos das demonstrações financeiras da Companhia; (ii) tomou conhecimento das principais práticas contábeis adotadas pela companhia; (iii) tomou conhecimento das atividades dos auditores externos, incluindo os resultados das avaliações realizadas, o escopo do trabalho, os riscos significativos identificados, as recomendações à administração e o parecer sem ressalvas.

Com base nos mencionados documentos e informações, o Comitê conclui que o sistema de controles internos e gestão de riscos é suficiente para prover adequada cobertura às operações da Companhia, considerando o seu volume e complexidade. Os auditores externos e a Auditoria Interna atuam de forma efetiva quanto à sua competência técnica e independência. As demonstrações financeiras foram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 2018.

Comitê de Auditoria

Assizio Aparecido de Oliveira

Hugo Brioschi

Ariel Leonardo Canelo

Esteban Daniel Borgese